

# Diário do Legislativo de 16/06/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado José Alves Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

##### SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Moraes PL

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

##### SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

#### SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

#### SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 13ª Reunião Especial

1.2 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 7 - ERRATA

### ATAS

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/6/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Sr. Renato Rocha Rabello - Palavras do Sr. Luiz Fernando Caetano Machado - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Ailton Vilela - Antônio Carlos Andrada - Bilac Pinto - César de Mesquita - Dalmo Ribeiro Silva - Elmo Braz - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - João Leite - João Paulo - José Alves Viana - Marco Régis - Maria Olívia - Paulo Pettersen - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Armando Costa, Secretário de Estado da Saúde, representando o Sr. Governador do Estado; Renato Rocha Rabello, Diretor Administrativo do Hospital Vera Cruz; Luiz Fernando Caetano Machado, Superintendente do Hospital Vera Cruz; Francisco de Souza Lima Filho, representante da Associação dos Hospitais de Minas Gerais; Ely da Conceição Souza, Vice-Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; e o Deputado João Leite, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Hospital Vera Cruz, pelo transcurso de seu 50º aniversário de fundação. A reunião especial de hoje, quando a Assembléia Legislativa comemora o cinquentenário do Hospital Vera Cruz, diz muito de perto à sensibilidade e à gratidão da gente mineira. Afinal, estamos homenageando uma instituição responsável por boa folha de serviços em prol da nossa sociedade. E é esta sociedade mesmo quem delega ao Palácio da Inconfidência a tarefa de manifestar seu reconhecimento. Muitos são os exemplos de que dispomos. Para atestar a nossa capacidade de contribuir para o engrandecimento do Brasil, particularmente da Medicina, verificamos a existência em nosso Estado de grandes médicos e grandes hospitais, como é o caso do Vera Cruz. Ao declararmos aberta a presente reunião, iniciativa do nobre Deputado João Leite, agradecemos e damos boas-vindas a todos os que nos honram com a sua prestigiosa presença.

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir de pé a execução do Hino Nacional.

- Executa-se o Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Sr. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Exmo. Sr. Armando Costa, Secretário de Estado da Saúde, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Exmo. Sr. Renato Rocha Rabello, membro do Conselho Administrativo do Hospital Vera Cruz; Exmo. Sr. Luiz Fernando Caetano Machado, Superintendente do Hospital Vera Cruz; Exmo. Sr. Francisco Souza Lima Filho, representante da Associação de Hospitais de Minas Gerais; Exmo. Sr. Ely da Conceição Souza, Vice-Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Deputada Maria Olívia, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputado César de Mesquita, Deputado Marco Régis, senhoras e senhores, no século passado, sob a influência das idéias da modernidade, o ser humano pensou que poderia viver sem Deus. A ciência, que acabara de encontrar o caminho para um desenvolvimento extraordinário, parecia então ser a solução de todos os problemas a ponto de prometer-nos a construção de um paraíso na Terra, possibilitando-nos prescindir totalmente da divindade.

A história demonstrou que essa maneira de pensar não passava do resultado de uma vaidade sem tamanho. Hoje, depois de duas guerras mundiais, depois de Hiroshima e Nagasaki, vivendo num tempo em que as várias formas de poluição ameaçam o planeta, estamos aprendendo, aos poucos e a duras penas, o caminho da humildade. Com os pés bem fincados no chão, começamos a perceber que o mundo material representa apenas uma pequena parte de uma realidade maior, que o ultrapassa muito.

Por isso mesmo, estamos chegando à compreensão de que o homem sem Deus não é plenamente homem e de que a ciência sem o espírito é arma perigosa, capaz de produzir as maiores catástrofes.

O dia-a-dia de um hospital oferece um espaço e um tempo em que essas verdades se fazem sentir com maior clareza. Nele, nascimento, sofrimento e morte, realidades tão básicas e, ao mesmo tempo, tão sublimes, ocorrem a todo o momento. Tomando como aliada a ciência, os profissionais que atuam em tais lugares empreendem uma luta cotidiana em prol da vida, agindo como pastores zelosos, a quem o Criador confiou a guarda do sopro vital, esse dom de valor incalculável que entregou a cada um de nós.

Entre os vários riscos que ameaçam os que se entregam a essa faina, um aparece como o mais perigoso de todos: a insensibilidade. Muitas vezes, a rotina desgastante insensibiliza e produz a ação mecânica, desprovida de um sentido mais profundo. Frequentemente, os sucessos levam à crença de que a ciência e a técnica poderiam substituir a ação divina. É, então, que a Medicina se mercantiliza, como temos visto em vários rincões deste nosso sofrido Brasil, perdendo ela sua essência de ministério da humanidade.

Hoje, a Assembléia de Minas, traduzindo a vontade do povo deste Estado, presta merecida homenagem ao Hospital Vera Cruz. Durante os últimos 50 anos, a instituição vem promovendo, com mestria, a difícil conciliação entre o conhecimento científico e um humanismo radical, que coloca no centro de suas ações a pessoa humana em sua complexa inteireza.

O Deputado César de Mesquita (em aparte) - Muito obrigado, meu caro colega, Deputado João Leite. Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades presentes, não poderia me furtar de vir ao microfone desta Casa do povo para reverenciar, para prestar homenagem ao Hospital Vera Cruz, que faz parte também da minha vida, da minha formação acadêmica. Com muito orgulho, fui residente no Hospital Vera Cruz por pouco mais de três anos. Ali pude aprender e construir minha formação de profissional da medicina. Hoje, quero associar-me à justa homenagem que o Deputado João Leite, nesta Casa Legislativa, com muita justiça, presta a essa instituição histórica de Belo Horizonte e de Minas Gerais. O Hospital Vera Cruz comandou e ainda comanda uma plêiade de profissionais de alta capacidade científica, com repercussão não só no Estado, mas no País e internacionalmente.

Ao prestar esta homenagem, se me permite o Deputado, quero fazer uma rápida retrospectiva daqueles homens em cujo convívio pude absorver não só lições de Medicina, mas lições de humanismo. Quero lembrar a figura exponencial de Sílvio Miraglia; quero prestar uma homenagem a Sebastião Rabelo, a Antônio Starling, a Alberto Freire, a Lourenço Freire, a Cavaliere e a muitos outros que por lá passaram, como o Prof. Walter Boechat, com quem trabalhei, e a Petrono Boechat. É emocionante rememorarmos isso tudo. Não vou me prolongar, senão cometerei injustiça a muitos outros.

Ao dar este testemunho, quero associar-me a esta homenagem, num grande abraço ao Hospital Vera Cruz, o meu hospital, o nosso hospital, o hospital de Minas Gerais, o hospital do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Quero agradecer ao Deputado César de Mesquita pelo aparte e pela contribuição.

Inaugurada em 1949, no imediato pós-guerra, quando as nações acabavam de aprender por uma experiência trágica o preço do orgulho, a instituição aparecia como uma semente de esperança na Belo Horizonte de então. O empreendimento surgiu graças à clarividência e ao espírito humanitário de três nomes que são hoje motivo de orgulho para este Estado: os médicos Sílvio Miraglia e Antônio Figueiredo Starling e o engenheiro Ajax Rabello. A eles se juntaram figuras de escol da sociedade mineira, a exemplo dos Drs. Vicente Soares, Leonardo Cavaliere, Lourenço Freire de Carvalho, Eloy Heraldo Lima e tantos outros. Numa cruzada movida pelo idealismo e pela vontade de servir, fizeram que o projeto, que poderia parecer impossível para personalidades menos determinadas, se tornasse obra portentosa.

Cumprido, entretanto, ressaltar que o feito mais importante dos fundadores não foi a construção do Vera Cruz e a aquisição de seus equipamentos. Foi, isto sim, a marca indelével de suas personalidades, que souberam imprimir à própria cultura da entidade. O duplo compromisso, com a pessoa humana e com a ciência, serviu de bússola para uma história de conquistas, que fizeram do hospital o que ele é hoje: modelo para seus congêneres mineiros, motivo de admiração por parte dos profissionais da saúde do Brasil inteiro.

Após sua fundação, a Casa não parou de crescer. A partir de 1952, iniciava-se nela, conduzida pelo Dr. Sebastião Correa Rabello, filho de um dos fundadores e atual Diretor-Presidente, uma cuidadosa pesquisa sobre a cirurgia cardiovascular no Estado. Em 1964, consolidou-se como centro de referência para cirurgia e procedimentos de alta complexidade. Dez anos depois, inaugurava seu CTI e os serviços de hemodinâmica. Nessa mesma época, dava-se início à prática dos transplantes.

Em 1973, a imprensa abria manchete para a realização da primeira cirurgia de coronária em Minas Gerais. Mais uma vez, o Vera Cruz confirmava o seu pioneirismo, pelas mãos do Dr. Sebastião Corrêa Rabello e sua equipe, formada pelos Drs. Homero Oliveira, Gilberto Lino, Sílvio Ribeiro, Júlio Armando Rivas, Marco Antônio Rios, Geraldo Figueiredo Martins e Luís Fábio Rocha, além de outros colaboradores. O paciente Valdir Oliveira Souza vive até hoje para testemunhar o êxito do feito extraordinário.

O ano de 1991 ficou marcado como o da implantação da Central de Consultas, do Pronto-Socorro e dos recursos para vídeo cirurgia. Quatro anos depois, em sintonia com as mais modernas filosofias de administração hospitalar, foi instituída a gestão profissionalizada, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Mais um importante passo foi dado no ano seguinte, quando se iniciou o desenvolvimento de um programa de implantação de gerenciamento para qualidade total.

O ano de 1997 destacou-se pela expansão das instalações físicas, pela reforma do espaço já existente e pela renovação da Central de Consultas, do Banco de Sangue e do serviço de hemodinâmica. No mesmo ano, entrou em operação o aparelhagem de tomografia computadorizada.

Atualmente, o Hospital Vera Cruz coloca-se na vanguarda nacional em vários setores da medicina. Pioneiro em cirurgia cardiovascular, levou a cabo um programa de controle da infecção hospitalar, que fez dele um parâmetro a ser seguido em todo o território brasileiro. Além disso, a instituição é referência de âmbito nacional no que se refere a cirurgia cardiopediátrica.

Neste momento, a Assembléia de Minas, leva os sentimentos de nossa gente a todos os que fizeram do nosso homenageado o que ele é hoje. Agradecemos aos que, no passado e no

presente, têm contribuído para dar prosseguimento à filosofia de seus fundadores.

Nas pessoas do Diretor-Presidente, Dr. Sebastião Correa Rabello, do Vice-Presidente, Dr. Ilânio Teixeira Starling, do Superintendente, Dr. Luiz Fernando Caetano Machado, dos membros do Conselho de Administração, Drs. Guilherme Rocha Rabello, Marcos Rocha Rabello, Renato Rocha Rabello, Dalnio Teixeira Starling e Jeronimo Moutinho Ribeiro, queremos prestar nossa homenagem ao corpo clínico, à enfermagem, às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras do Imaculado Coração, aos responsáveis pelos serviços auxiliares, a todos, enfim, que têm contribuído para tornar o Vera Cruz um lugar onde a prática da ciência médica se dobra diante do respeito devido a Deus e à pessoa humana. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Renato Rocha Rabello

Exmo. Sr. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Armando Costa, Secretário da Saúde, representando o Sr. Governador do Estado, Itamar Franco; Exmo. Sr. Luiz Fernando Caetano Machado, Superintendente do Hospital Vera Cruz; Exmo. Sr. Francisco Souza Lima Filho, representante da Associação dos Hospitais de Minas Gerais; Exmo. Sr. Ely da Conceição Souza, Vice-Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhoras e senhores, caros colegas e amigos, (- Lê: ) "É com grande alegria que hoje, aqui, reunidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, recebemos esta homenagem em comemoração ao aniversário de 50 anos do Hospital Vera Cruz. Desde sua fundação, graças ao espírito empreendedor e à coragem de seus idealizadores, Dr. Ajax Rabello, Dr. Sylvio Miraglia e Dr. Antônio Starling, até os dias de hoje, o Hospital Vera Cruz orgulha-se de ter prestado à comunidade de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais um atendimento médico de alta qualidade em diversas especialidades.

De construção sólida pós-guerra, também sólidos sempre foram os princípios de ética e humanidade que sempre guiaram nossa Casa. Com uma história de pioneirismo em cirurgia cardíaca no Estado de Minas Gerais e no Brasil, com o trabalho incansável da equipe do Dr. Sebastião Rabello, o Hospital Vera Cruz se destacou como uma Instituição de vanguarda e elevou nosso nome no meio médico e científico do País.

Seguiram-se grandes conquistas em várias áreas de nossa Medicina, como a neurocirurgia, através do trabalho também pioneiro do nosso saudoso Dr. Francisco Rocha, a cirurgia geral, com o Dr. Walter Boechat, a obstetria do Dr. Henrique Horta e tantos outros que fizeram parte de nossa história. Em um País onde a saúde nunca foi prioridade, inúmeras foram as dificuldades enfrentadas ao longo destes cinquenta anos. Porém, graças ao esforço e dedicação de sua diretoria, médicos e funcionários, o Hospital Vera Cruz sempre conseguiu fazer de cada obstáculo uma vitória a mais da saúde contra a doença.

Hoje, com a chegada do novo milênio, o Hospital Vera Cruz prepara-se para enfrentar novos desafios. Com uma direção moderna e um Conselho de Administração atuante, presidido pelo Dr. Sebastião Rabello, iniciamos uma nova era. Modernidade, eficiência, rentabilidade, tecnologia, expansão e satisfação dos nossos clientes são diretrizes que norteiam nossa visão de futuro, sem esquecer nunca da simplicidade, do carinho, e da amizade que sempre fizeram do Hospital Vera Cruz um local de trabalho agradável e respeitado por todos os que nele atuam."

Agradeço uma vez mais esta homenagem recebida, em nome do Conselho de Administração do Hospital Vera Cruz, e espero que os próximos cinquenta anos sejam também coroados de sucesso. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Luiz Fernando Caetano Machado

Exmo. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Deputado Armando Costa, DD. Secretário de Estado da Saúde, representando o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Itamar Franco; Exmo. Sr. Dr. Renato Rocha Rabello, membro do Conselho de Administração do Hospital Vera Cruz; Exmo. Sr. Dr. Francisco de Souza Lima Filho, representante da Associação dos Hospitais de Minas Gerais; Exmo. Sr. Dr. Ely da Conceição Souza, Vice-Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Srs. Deputados, caros amigos do Vera Cruz, senhoras e senhores, a homenagem que hoje o Poder Legislativo presta ao Hospital Vera Cruz pelos seus 50 anos de existência no nosso Estado é, sem dúvida, um estimulador a todos nós que integramos a família Vera Cruz. Sabermos que dignos representantes do povo reconhecem em nosso hospital qualidades e méritos que estão aqui a sustentar esta tão magnânima distinção, nos faz renovar o nosso compromisso firmado nos idos de 49, quando pelo espírito empreendedor de personalidades da envergadura de Ajax Correa Rabello, Sylvio Miraglia e Antônio Figueiredo Starling, nascia o Hospital Vera Cruz: o de sempre trabalhar em prol do desenvolvimento da medicina através de ações e iniciativas em que o bem comum e a solidariedade sejam o nosso principal Norte.

Nestes 50 anos que temos testemunhado o desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais e de Belo Horizonte temos certeza, também, que o Hospital Vera Cruz tem contribuído de forma decisiva para a materialização dessa evolução. Tem sido e está sendo assim neste meio século de vida que completamos às vésperas da virada do milênio. É por esta razão que, fiel ao caráter pioneiro de seus fundadores, quando por ventura se escrever a história do desenvolvimento da medicina em nosso Estado, o Hospital Vera Cruz tem capítulo especial e destacado.

E não é por menos, senhores Deputados, durante todo este período de sua existência, o Hospital Vera Cruz, através de seus diretores, corpo clínico, enfermeiros e servidores, tem-se empenhado em oferecer à população do nosso Estado as mais modernas técnicas cirúrgicas e os mais sofisticados tratamentos para que possamos aplacar seus males tanto físicos como espirituais.

E isto vem de muito tempo atrás, conforme relata um de seus fundadores, o doutor Sylvio Miraglia, quando descreve em um livro sobre a fundação do Vera Cruz, as dificuldades em se praticar a medicina em tempos que já se encontram inseridos na história. O mesmo sentimento de responsabilidade com nossos pacientes foi preservado ao longo destes 50 anos, e tenho a certeza de que ele vem sendo renovado diuturnamente.

É exatamente este nosso compromisso que nos transformou em um dos hospitais mineiros que mais contribuíram para o desenvolvimento da medicina mineira. E jamais poderemos deixar de falar sobre este capítulo sem citar a incansável batalha de um dos principais médicos que integram o corpo clínico do nosso hospital: o Dr. Sebastião Correa Rabello, seu Presidente, mestre e principal inspirador desta grande família em que se transformou o Hospital Vera Cruz. Foi ele que, três anos após a fundação de nosso hospital, iniciava em Belo Horizonte a cirurgia cardíaca, nesta época disponível apenas em centros como São Paulo e no exterior. Naquela época, uma cirurgia de dilatação digital de estenose mitral, ou para simplificar, o desentupimento de uma veia no coração, era feita através do dedo indicador. Isto não esmoreceu o doutor Sebastião, através de cursos de especialização no exterior, ele foi buscar em outros centros técnicas e procedimentos modernos que permitissem ao Hospital Vera Cruz salvar as vidas dos nossos compatriotas mineiros".

Nosso pioneirismo não se limita apenas a cirurgia cardíaca. Podemos citar, com orgulho de quem sempre busca estar à frente do seu tempo, que foi o Hospital Vera Cruz que também desenvolveu a neurocirurgia em nosso Estado, com o Dr. José Francisco Rocha. Não podemos esquecer do pioneirismo em hemoterapia do Dr. Roberto Freire, também fundador do Hospital.

Nosso pioneirismo não se limita à parte médica, existe também em termos de gestão e desde 1995 estamos profissionalizando o Hospital. Agradeço a confiança que nos foi depositada pelo Conselho de Administração, através dos Drs. Sebastião Rabello, Marcos Rabello, Guilherme Rabello, Renato Rabello, Dalnio Starling, Hilânio Starling e de nosso colega Gerônimo Moutinho.

Atento ao que ocorria no resto do mundo no desenvolvimento da medicina, o Vera Cruz não economizava esforços para capacitar seus profissionais médicos, dando-lhes formação cultural e científica adequada e suficiente para que eles transferissem seus conhecimentos em prol da sociedade mineira. Não posso deixar de contar a história da Dra. Ilane Starling, filha de nosso fundador Antônio Starling, que atuou na cirurgia geral, e de todas as outras clínicas que têm desenvolvido no Vera Cruz o mesmo caminho de pioneirismo e de atendimento aos nossos clientes.

O curso de qualificação, não só de médicos, mas de administração e de todos os paramédicos da saúde, tem sido para o Hospital Vera Cruz uma receita de sucesso. A nossa receita de sucesso para os 50 anos é encantar os clientes, desenvolver os nossos colaboradores e promover a saúde da comunidade.

Não podia deixar de lembrar o Dr. Walter Lopes, que tanto trabalhou no Hospital, o Dr. Cavaliere, o Dr. Pavan, que esteve conosco, e todos os outros que colaboraram com a nossa

história.

Dentro do Hospital Vera Cruz, sou testemunha e quero agradecer, de público, ao nosso corpo clínico, que nos possibilitou, pela sua capacidade técnica, nesses 5 anos, dar essa virada.

Quero lembrar a nossa saudosa Júnia Rabello, que perdemos este ano, e que, juntamente com o seu pai, ajudou-nos a construir o Hospital. Agradeço também à nossa diretoria que nos ajudou a chegar a esse ponto. Agradeço também ao Deputado João Leite e a todos os Deputados que aprovaram essa moção de homenagem ao Hospital Vera Cruz. Espero que, nos próximos 50 anos, a nossa receita de sucesso continue como os sonhos dos nossos fundadores. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Renato Rocha Rabello, membro do Conselho Administrativo do Hospital Vera Cruz e neto de um de seus fundadores, uma placa comemorativa com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Lembrando o idealismo e a determinação dos fundadores do Hospital Vera Cruz, o engenheiro Ajax Corrêa Rabello e os médicos Sílvio Miraglia e Antônio Figueiredo Starling, a Assembléia Legislativa homenageia essa modelar instituição hospitalar, no transcurso do cinquentenário de sua fundação, enaltecendo o pioneirismo e a excelência dos serviços prestados no campo da saúde, valorizados pela pesquisa e pela introdução de novas e avançadas técnicas da ciência médica em nosso Estado e no País.

Belo Horizonte, 10 de junho de 1999.

Deputado Anderson Aduato, Presidente."

#### Palavras do Sr. Presidente

Os fundadores do Hospital Vera Cruz deram-lhe o nome pelo qual, no passado, foi conhecida a própria Nação brasileira, pois são a terra de Vera Cruz e o Estado de Minas Gerais berço da nacionalidade e se orgulham de contar com essa instituição, cujo conceito transcende as fronteiras de Minas e se irradia pelo continente.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, temos a satisfação de apresentar cordial mensagem de cumprimento aos dirigentes, aos corpos médicos, de enfermagem e administrativo, às irmãs franciscanas e a todos os demais colaboradores da família Vera Cruz. Recebam a homenagem que esta Casa lhes tributa, em nome do povo que aqui representamos.

A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 11, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da comissão de assuntos municipais e regionalização

Às dez horas e dez minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Eduardo Brandão, Aílton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado José Henrique, relator do Projeto de Lei Complementar nº 4/99 no 1º turno, que emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Após, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. É submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 350/99, do Deputado Márcio Kangussu. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999

Ambrósio Pinto, Presidente - Aílton Vilela - Eduardo Brandão.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de junho de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados César de Mesquita, Adelmo Carneiro Leão, Arlen Santiago e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Wanderley Ávila. Havendo número regimental, o Deputado César de Mesquita, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a presente reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Dr. Jules Jésus Ayoub, Dr. Gilberto Viana Sanches Júnior, Dra. Sílvia Andrade Carvalho e Dr. Edmundo Pereira Rodrigues, médicos oftalmologistas, que irão discorrer a respeito da denúncia recebida na Comissão de Saúde sobre a Fundação José Guerra Pinto Coelho. O Deputado César de Mesquita e o Deputado Adelmo Carneiro Leão justificam os requerimentos que motivaram os convites. A Presidência passa a palavra aos convidados na ordem mencionada. Participam dos debates todos os parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 14, às 14 horas, com a finalidade de se apresentarem emendas ao Projeto de Lei nº 343/99, que estabelece as diretrizes para os orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício do ano 2000, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta - Jorge Eduardo de Oliveira.

#### ORDENS DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/6/99

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 82/99, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede sejam solicitadas informações à Polícia Militar sobre denúncias encaminhadas a esta Comissão envolvendo as pessoas que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 172/99, da Comissão Especial da Seca no Norte de Minas, em que pede sejam solicitadas informações à Secretária Adjunta e Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental sobre as exigências impostas pela entidade à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco para a obtenção do licenciamento ambiental do barramento de São Gregório, no Norte de Minas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 184/99, do Deputado Anderson Aduato, em que pede sejam solicitadas informações à Secretaria de Recursos Humanos e Administração sobre os estudos que estão sendo realizados por aquela Pasta objetivando o pagamento em atraso de férias-prêmio, diferenças salariais, verbas retidas e quinquênios devidos aos servidores públicos estaduais e que não foram pagos até a presente data. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 185/99, do Deputado Alberto Bejani, em que pede sejam solicitadas informações à Secretaria da Educação referentes à administração da 18ª Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, na forma que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 14/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 150/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre proibição de mensagens das concessionárias de serviços telefônicos em telefones desligados por inadimplência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 16/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 97/99, do Deputado Wanderley Ávila; 108/99, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 271/99, do Deputado Ambrósio Pinto; 293 e 306/99, do Deputado Wanderley Ávila; 318/99, do Deputado Ronaldo Canabrava.

Requerimento nº 380/99, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 17/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de discussão sobre políticas públicas para a prevenção e o combate à AIDS no Estado, com a presença dos seguintes convidados: Srs. Pedro Chequer, Coordenador Nacional do Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde; Hilton Brant, Coordenador Estadual do Programa de DST/AIDS da Secretaria da Saúde, e Roberto Chateaubriand Domingues, Presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS - GAPA -; da Sra. Dária Alcaino das Zoffo, representante do Grupo Vhiver; do Sr. Kleiner Eler de Moura, representante do Projeto Minha Casa; e da Sra. Palmira Bonolo, Coordenadora Municipal do Programa de DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da CPI dos Fundos, a realizar-se às 10 horas do dia 17/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Marcos Pessoa, ex-Presidente do BDMG, que prestará esclarecimentos a esta CPI.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da CPI da Carteira de Habilitação, a realizar-se às 10 horas do dia 17/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 16/6/99, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 14/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Viabilização de Assentamentos Agrários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 64/99, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental; 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências; 78/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que limita o valor da multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação do pagamento pelo serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da COPASA-MG; e 150/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre proibição de mensagens das concessionárias de serviços telefônicos em telefones desligados por inadimplência; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de junho de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Especial da Comissão Especial do Cólera no Vale do Jequitinhonha

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Djalma Diniz, José Alves Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

César de Mesquita, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Titular do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Elaine Matozinhos, Luiz Fernando Faria e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/99, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

Márcio Kangussu, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Maria Tereza Lara, Antônio Carlos Andrada, José Alves Viana e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.069.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1999.

Sebastião Costa, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Alves Viana, Agostinho Patrús, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de Administração Pública; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 17/6/99, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 333/99, do Governador do Estado, que autoriza a COPASA - MG a participar de consórcio para a construção da hidrelétrica de Irapé e dá outras providências.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Carteira de Habilitação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Ivo José, Cristiano Canêdo, José Alves Viana, Miguel Martini e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Sr. Joel Gomes de Oliveira, Delegado da Corregedoria-Geral de Polícia.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

João Leite, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/99

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Ambrósio Pinto, o projeto de resolução em tela aprova convênio celebrado em 18/9/98 entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para alteração de limites intermunicipais.

A proposição foi aprovada em Plenário no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e retorna a esta Comissão para ser objeto de parecer no 2º turno. Segue anexa, como parte deste parecer, a redação do vencido.

Fundamentação

Conforme foi salientado pelo autor do projeto, o Distrito de Piedade de Cima está histórica e geograficamente ligado ao Município de Visconde do Rio Branco, embora pertença ao Município de São Geraldo, do qual está mais distante e com o qual não tem ligação viária, política ou econômica. Por essas razões, obedecendo ao clamor da população do Distrito de Piedade de Cima, os citados municípios celebraram, em 28/9/98, acordo nos termos sugeridos pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, visando à modificação de seus limites territoriais, acordo este que constitui objeto do convênio que o projeto em exame pretende aprovar.

Não tendo havido fato novo após o parecer de 1º turno emitido por esta Comissão, mantemos o nosso entendimento favorável à aprovação do projeto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 18/99 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 15 de junho de 1999.

Eduardo Brandão, Presidente - Aílton Vilela, relator - Ambrósio Pinto.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/99

Approva convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, para modificação de limite territorial.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio celebrado em 28 de setembro de 1998, entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, para modificação de limite territorial, nos termos do anexo desta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº, de de 1999.)

Termo de convênio que celebram, de um lado, o Município de Visconde do Rio Branco e, de outro, o Município de São Geraldo, para a modificação de limites.

Considerando a aprovação das Câmaras Municipais dos Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo, ocorridas respectivamente nas reuniões do dia 10 de junho de 1998 e do dia 5 de agosto de 1998, o Município de Visconde do Rio Branco, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Antônio de Souza, brasileiro, médico, casado, identidade nº MG 10.797.660 - SSPMG, inscrito no CPF sob o nº 099.204.126-00, e, de outro lado, o Município de São Geraldo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jorge Luis, brasileiro, comerciante, casado, identidade nº 8080211 - SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 194.680.166-68, resolvem celebrar este convênio, mediante a adoção das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1.1 - Constitui objeto deste convênio a formalização da alteração dos limites territoriais dos Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo.

1.2 - A modificação dos limites, objeto deste instrumento, importará na permuta formal entre ambos os municípios de uma área equivalente a 730ha, ficando com Visconde do Rio Branco a área correspondente a Piedade de Cima e com o Município de São Geraldo, a área correspondente a Santa Rosa.

Cláusula Segunda - Dos Novos Limites

2.1 - Os novos limites entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e de São Geraldo passam a ser os seguintes, de acordo com o memorial descritivo elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA:

Começa no divisor entre os rios Branco e do Bagre, no ponto fronteiro à foz do ribeirão Vermelho no ribeirão São Clemente; descendo a encosta, atinge essa foz, subindo em seguida pela encosta fronteira, até alcançar o divisor entre os ribeirões São Clemente e de Santa Juliana; continua por esse divisor, contorna as cabeceiras do ribeirão de Santa Juliana e, por um espigão secundário, atinge o ribeirão de São Geraldo na foz do córrego da Cajanga ou Santa Cruz; atravessa o ribeirão, sobe a encosta fronteira e alcança o divisor da vertente à margem esquerda do córrego Grão-Mogol, até a foz desse córrego no ribeirão Piedade; sobe o espigão fronteiro e ganha o divisor vertente da margem esquerda do ribeirão Santa Maria, pelo qual prossegue até alcançar a estrada que leva ao povoado de Piedade de Cima; segue por essa estrada por aproximadamente 800m, até o ponto em que transpõe um afluente da margem direita do ribeirão Piedade, o primeiro a jusante da foz do córrego das Pedras; desce por esse afluente até sua foz, subindo em seguida pelo ribeirão Piedade até a foz do primeiro afluente da sua margem direita a montante da foz do córrego das Pedras; sobe por esse afluente até sua cabeceira, prosseguindo pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego das Pedras até alcançar a linha de cumeeada da serra da Mantiqueira; segue por essa serra, que nesse trecho recebe a denominação local de serra de Santa Maria, até seu entroncamento com o divisor da vertente da margem esquerda do córrego Reduzino ou Alto da Serra, defrontando com a cabeceira do córrego dos Milagres.

Cláusula Terceira - Dos Efeitos Legais do Convênio

3.1 - A eficácia deste convênio fica condicionada à sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62, inciso XXVI, da Constituição do Estado.

Para firmeza e validade de tudo quanto ficou aqui ajustado, é este convênio assinado em quatro vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas presenciais ao ato.

Visconde do Rio Branco, 28 de setembro de 1998.

João Antônio de Souza, Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco - Jorge Luís, Prefeito Municipal de São Geraldo - Adilson José Gomes e Antônio Rogério Norberto Teixeira, testemunhas.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 8/6/99

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Deputados, como havia dito na reunião passada, muitos de nós, Deputados, estávamos ansiosos por ver superada a questão do projeto dos policiais militares, porque seria importante e interessante que nos dedicássemos a alguns temas que preocupam a comunidade mineira. Dessa forma, Sr. Presidente, já estava preparado para subir a esta tribuna, havia alguns dias. Hoje o faço, por um lado, com muita alegria, pelo fato de podermos discutir este assunto, e, pelo outro, com muita tristeza, em virtude de se tratar de um assunto que tem trazido à comunidade mineira inquietações e preocupações. Refiro-me, Sr. Presidente, à questão da violência nas escolas.

No último mês de abril, a imprensa mundial abriu manchetes para a tragédia ocorrida num pacato distrito de classe média na cidade americana de Denver, no Colorado. Com bombas e armas automáticas, dois adolescentes iniciaram uma caçada humana no interior de uma escola, matando 15 pessoas e ferindo 23. O fato despertou a atenção para a realidade cotidiana de nossos estabelecimentos de ensino, especialmente aqueles da rede pública que atendem às áreas mais carentes de nossas metrópoles.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a violência contra escolas e estudantes tem atingido proporções alarmantes e, se não for imediatamente contida, poderá ter conseqüências imprevisíveis. Nas últimas semanas, fomos à Escola Estadual Santo Afonso, onde um estudante menor foi detido quando carregava um revólver calibre 38 dentro da mochila. No início do ano, a direção da Escola Municipal Francisco Campos surpreendeu um aluno armado a dar tiros para o alto no pátio do estabelecimento.

Além desses acontecimentos, são frequentes os casos de vandalismo contra prédios e instalações escolares, alguns deles incluindo o roubo de equipamentos didáticos e alimentos estocados para a preparação da merenda.

Educadores, psicólogos e especialistas em ciências sociais têm-se dedicado ao estudo do fenômeno da violência entre adolescentes, com destaque para aquela relacionada com o ambiente escolar. Trata-se de questão complexa, resultado de causas múltiplas e, às vezes, contraditórias. Longe de ser um problema exclusivo do Terceiro Mundo, manifesta-se também nos países desenvolvidos, como o provou o recente episódio ocorrido nos Estados Unidos, país em que esse tipo de acontecimento tem sido frequente. Certamente, a pobreza moral e espiritual dos tempos em que vivemos, marcados pelo consumismo, pela valorização excessiva da matéria, pelo uso desenfreado de drogas, pela licenciosidade dos costumes e pela corrupção que grassa na vida pública, é um fator determinante da delinquência juvenil tanto nos países pobres como nas nações desenvolvidas.

Entre nós, sem dúvida, o modelo econômico adotado pelo Governo Federal tem contribuído, e muito, para agravar a situação. Ele tem provocado o vertiginoso aumento da exclusão social, fazendo crescer o número de pessoas que vivem em pobreza absoluta. O desemprego produzido pela recessão destrutura as famílias e confisca as esperanças dos jovens. Em tal contexto, a juventude perde todo o estímulo ao estudo, na medida em que não consegue vislumbrar um melhor futuro.

A escola, que era a porta para a conquista de uma vida digna, passa a ser vista como símbolo de um sistema excludente, perverso, marginalizador. Isso explica, em parte, o ódio que adolescentes das áreas mais pobres passam a dedicar a ela, ódio expresso nos índices crescentes de atos de vandalismo.

Não somos ingênuos, Sr. Presidente, a ponto de achar que medidas isoladas possam corrigir o problema. A solução repousa, em última análise, na adoção de uma opção política comprometida com a promoção da pessoa humana, uma opção política que trate a imensa dívida social do País com a mesma seriedade que o Governo de Fernando Henrique Cardoso tem dispensado aos interesses de nossos credores externos. Mas, não podemos ficar de braços cruzados. Enquanto esperamos que os destinos da gente brasileira sejam conduzidos por administradores preocupados com o bem comum, temos de buscar, nos limites de nossa força e de nossa competência institucional, caminhos para evitar que o medo e o caos se instalem em nossa rede de ensino. Não é de hoje que vimos lutando nesse sentido. O § 8º do art. 144 da Carta Magna do Brasil faculta aos municípios a constituição das guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Os doutrinadores são unânimes em dizer que entre as funções de tal entidade não se inclui a de coibir a violência contra a pessoa, que é tarefa das Polícias Civil e Militar. Entretanto, ao manterem a vigilância sobre os prédios escolares, seus membros não só evitariam o vandalismo, mas também contribuiriam, com sua presença, para dissuadir os criminosos da prática de outros delitos.

Em 1997, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos, na qualidade de Vereador, um projeto de lei criando a Guarda Municipal de Belo Horizonte. Na época, a proposição não prosperou, talvez pela falta de melhor compreensão de sua importância. Soubemos, recentemente, que ela foi reapresentada pelo ilustre companheiro Vereador Betinho Duarte, a quem felicitamos pela oportuna iniciativa e a quem damos todo o nosso apoio agora como Deputado Estadual. Que, desta vez, os nobres edis, atentos aos graves problemas de segurança que trazem intranqüidade à comunidade escolar, a transformem em lei!

Fomos convidados, também, pelo Vereador Betinho Duarte para participarmos de seminários que ele está convocando, especialmente para discutirmos esse tema, mas, infelizmente, outras obrigações na Casa têm-nos impedido de acompanhá-los.

Quero dizer ao Vereador Betinho Duarte que estamos atentos e iremos colaborar, a fim de que a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprove essa medida, que irá minimizar o problema, porque a guarda municipal seria coadjuvante, complementar às ações das Polícias Civil e Militar.

Na Assembléia de Minas, tomamos três outras iniciativas na intenção de contribuir para acabar com a violência nas escolas. Estamos apresentando uma proposta de emenda à Constituição que inclui, entre os membros do Conselho de Defesa Social, o Secretário de Estado da Educação. Ela tem dois objetivos. Em primeiro lugar, acreditamos que um processo pedagógico bem-conduzido é um dos mais poderosos instrumentos para combater a criminalidade sob todas as suas formas, pois se trata de uma ação no contexto preventivo que, comprovadamente, traz resultados. Em segundo lugar, queremos que as discussões acerca da violência no meio escolar e sobre as políticas para evitá-la tenham um lugar de destaque entre as preocupações dos órgãos responsáveis pela segurança da população. Com a inclusão do Secretário de Estado da Educação no colegiado responsável por assessorar o Governador na definição da política de defesa social para Minas Gerais, estamos convencidos de que teremos sucesso nessa iniciativa.

Pretendemos modificar também a Constituição Estadual para atualizá-la no que se refere à participação da Assembléia Legislativa no Conselho. O inciso III do art. 134 inclui, entre os membros do órgão, o Presidente da Comissão de Defesa Social. Ocorre que, com a promulgação da Resolução nº 5.176, que contém o atual Regimento Interno, a referida Comissão deixou de existir. Essa última mudança decorre de nosso firme propósito de tirar o Conselho de Defesa Social do papel, para fazê-lo funcionar. Inexplicavelmente, embora o texto constitucional vigente tenha sido promulgado em 1989, até hoje não foi votada a norma que deveria dispor sobre sua organização e funcionamento. Para preencher essa lacuna, apresentamos, em parceria com o nobre colega Deputado Rogério Correia, Líder do PT, um projeto de lei, que, uma vez aprovado, apontará novos e promissores rumos para a política da segurança pública em nosso Estado.

Embora a solução definitiva do problema do aumento da violência, principalmente daquela que afeta a comunidade escolar, envolva fatores de grande complexidade e se situe muito além dos limites da ação deste Poder, não podemos cruzar os braços. Temos, como representantes do povo, a responsabilidade de dar a nossa contribuição, unindo nossos esforços aos das forças vivas da sociedade, aperfeiçoando as leis e mobilizando a população para que, num verdadeiro mutirão cívico, possamos instituir um ambiente de segurança e tranqüidade, no qual a família mineira possa viver e trabalhar em paz.

Sr. Presidente, estamos apresentando também outro projeto, que já está na comissão de pesquisa desta Casa, instituindo o programa de segurança e prevenção para o combate à violência nas escolas da rede pública. Acreditamos que, com esse projeto, iremos contribuir da forma que este Poder pode, ou seja, em caráter limitado, às vezes. Mas, com a compreensão e a força da voz de cada um de nós, temos a certeza de que poderemos contribuir para solucionar essa questão que, hoje, está na ordem do dia de todos, isto é, a delinquência escolar, que aflige toda a comunidade.

O Deputado José Alves Viana (em aparte) - Agradeço o aparte, nobre Deputado Márcio Cunha. Quero parabenizá-lo pelo brilhantismo de sua exposição, que é muito justa e nobre. Estamos de pleno acordo com tudo que foi citado no decorrer de sua fala. Gostaria de reforçar que o cerne de tudo isso é a família, que está no âmago do desajuste, em virtude de vários problemas, de várias crises que a atingem. A sociedade vive crises terríveis, como a econômica e a política, como V. Exa. muito bem frisou; vive também a crise social, mas vive, principalmente, a crise ética e moral. E é preciso que haja essa correção de todas as distorções que estão levando à desestruturação da família. Ai, sim, vamos ter uma ação educacional eficaz nas escolas, porque a educação primordial tem de nascer na família; a escola educa principalmente no sentido cultural. Não adianta ensinar valores religiosos ou conteúdos educacionais à criança, na escola, se, chegando em casa, ela encontra sua família totalmente desestruturada, com brigas, desencontros e todo tipo de agressão, pois ela é fruto, principalmente, de sua família. Então, só vamos ter o valor da segurança a partir da hora em que conseguirmos dar segurança, estrutura e melhor ajuste às famílias.

Assim, parabenizo-o, pois estamos de pleno acordo. Mais uma vez, afirmamos que a causa maior de tudo isso é o desajuste familiar.

O Deputado Márcio Cunha - Agradeço ao Deputado José Alves Viana. Vou conceder aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradecendo também as congratulações do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pela brilhante exposição. Como membro da Comissão de Educação, levo ao conhecimento de V. Exa. que realizamos, na semana passada, nesta Assembléia, a primeira audiência pública, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, a pedido do ilustre Deputado Edson Rezende. Ouvimos aqui, atentamente, várias comissões, representantes da Polícia Militar e associações de pais e mestres, debruçando-nos realmente sobre esse terrível problema que é a

violência nas escolas. Estamos trabalhando bastante com todas as comunidades, as escolas e, principalmente - de acordo com a afirmação do ilustre Deputado José Alves Viana -, com as famílias. V. Exa. está de parabéns. As Comissões de Educação e de Direitos Humanos estão seriamente ocupadas com esse importante problema que afeta a toda a sociedade mineira. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Márcio Cunha - Muito obrigado ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e aos demais Deputados da Comissão de Educação. Não pude estar presente à reunião desta, mas lá esteve minha assessoria.

Gostaria, então, Sr. Presidente, de agradecer a paciência de V. Exa. e dos Srs. Deputados. Resumindo e confirmando, estamos apresentando três projetos, para os quais esperamos contar com a colaboração dos ilustres Deputados. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, demais parlamentares, senhoras e senhores, venho a esta tribuna formalizar minha saída da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Estou enviando uma carta ao Sr. Presidente Anderson Aduato, e gostaria de fazer a sua leitura neste Plenário. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente, cumprimento-o respeitosamente e, na oportunidade, esclareço a V. Exa. os motivos que me levaram a decidir por minha saída da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, solicitando-lhe, consoante entendimentos já iniciados, a viabilização de meu ingresso na Comissão de Administração Pública.

Como todos puderam acompanhar, desde o dia 5/5/99 venho sendo acusado, enquanto policial militar, de ter praticado tortura. Por essas acusações fui julgado e condenado por alguns jornalistas, sem ter, ao menos, o direito de defesa.

Em momento algum foram publicados os depoimentos de minhas testemunhas de defesa, nem sequer publicaram as conclusões, na íntegra, das sindicâncias abertas para apurar os fatos denunciado pela imprensa. A publicação permitiria um novo julgamento popular, neste caso, a meu favor. Foram extraídos somente os trechos mais interessantes e estratégicos para atingir o objetivo de me abalar.

Considero que a minha transferência para a Comissão de Administração Pública servirá como um canal para que eu possa, de uma melhor forma, tratar de assuntos relativos às polícias e ao funcionalismo público. Nesse tempo em que permaneci como membro da Comissão de Direitos Humanos, estando presente em todas as reuniões, considerei que a referida Comissão não foi o fórum adequado para tratar de questões relativas à polícia.

Apresentei à Comissão três requerimentos que não foram processados de maneira ágil e eficiente, apesar de terem sido aprovados. Todos relativos às violências cometidas contra policiais militares e envolvendo responsabilidade de oficiais comandantes de unidades daquela corporação. Um deles refere-se a três assassinatos de PMs ocorridos em Vespasiano, num intervalo de apenas cinco dias, ocorrência esta que eu trouxe ao conhecimento dos demais pares desta Casa, em fevereiro, quando, da tribuna, registrei o ocorrido. Outro fato seríssimo e fartamente documentado se refere à denúncia do uso, pelo Ten.-Cel. Sérgio I. Marques, da mão-de-obra de policiais militares para a construção de uma casa destinada ao Comandante do 25º Batalhão de PM, sediado em Sete Lagoas, bem como para obras de reforma em seu próprio apartamento, incorrendo em evidente desvio de função. Mais que isso, teria punido os servidores que se opuseram a executar tais serviços, com transferências imotivadas para localidades distantes de seus lares e até mesmo com prisões.

Encaminhamos, enfim, requerimento solicitando a apuração de tentativa de suicídio do policial militar lotado no Batalhão de Uberaba, convocando o comandante do aludido batalhão a prestar explicações, já que o índice de suicídio na PM é uma de nossas principais preocupações no exercício do mandato parlamentar. Apesar de a Comissão de Direitos Humanos estar ciente dos fatos, apenas este Deputado compareceu para dar assistência às famílias, e as reuniões solicitadas, até hoje, não haviam sido marcadas.

Meu objetivo, enquanto membro da Comissão, sempre foi coerente com as atribuições dela. Procurei contribuir para aperfeiçoar o sistema estadual de segurança pública e jamais me furti a defender os direitos e garantias fundamentais nos debates que realizamos e nos projetos que discutimos. Estou seguro do trabalho realizado nesses quatro meses, em que estive a trabalhar sobre temas que vão desde a proposta de transformação da Polícia Militar até a apuração de denúncias de tortura por agentes de segurança da Cia. Vale do Rio Doce em Itabira, passando pela defesa da reforma agrária, a proteção a testemunhas, vítimas e policiais em situação de risco, a transferência dos arquivos dos tempos da ditadura para o Arquivo Público Mineiro, entre tantos assuntos. Sempre mantivemos uma postura cristã e progressista, compromissada com um projeto de transformação social e, especificamente no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, lutamos pela reforma do aparelho policial, pela cidadania dos trabalhadores de nossas polícias e pela maior abrangência das ações desenvolvidas pelos movimentos ligados aos direitos humanos, incorporando novas questões ao seu já respeitável trabalho.

Quanto às denúncias veiculadas pela mídia, posso provar, dentro das próprias sindicâncias divulgadas, que não fui punido por prática de violência em nenhuma delas. Mesmo assim, fui condenado pela imprensa. É bom lembrar que um dos princípios básicos dos direitos humanos, sendo uma das garantias do estado democrático de direito, é a presunção de inocência e o amplo direito de defesa.

Gostaria de deixar claro a V. Exa., como a todos os meus eleitores e à sociedade mineira, que continuo firme no meu propósito de defender a família policial, bem como todo cidadão trabalhador. Reafirmo o que já disse antes: autorizo a Polícia Militar de Minas Gerais a divulgar minha ficha funcional não só para a imprensa, mas, também, para toda a população. Gostaria que todo o trabalho que prestei à população mineira fosse divulgado com o mesmo destaque dado às acusações levianas que me foram feitas. Até hoje, a Comissão de Direitos Humanos não recebeu nenhuma queixa formal sobre o assunto.

Infelizmente, apesar da democracia, o fato de um simples Sargento, vindo da condição de operário da Polícia Militar, se eleger Deputado incomoda a muita gente.

Aproveito a oportunidade para sugerir a V. Exa. a realização de estudos visando à reativação da Comissão de Defesa Social, extinta com a última reforma do Regimento Interno, a qual seria o fórum adequado para discutirmos segurança pública e defesa social. Sendo o que se me apresenta para o momento, subscrevo-me reafirmando-lhe sinceros protestos de estima e consideração. Sargento Rodrigues, Deputado Estadual". Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Braga, ilustres senhores parlamentares, quero saudar de maneira especial os Deputados do Estado do Amapá que estão visitando a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - as nossas cordiais saudações. Senhores da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, nesta tarde, quero levantar um assunto que, tenho certeza, interessa a todos os parlamentares e, de maneira especial, incomoda a população do Estado de Minas Gerais, não só de Belo Horizonte, mas também do interior.

Quero falar um pouco a respeito do atendimento de urgência e emergência no setor de saúde pública no Estado. Gostaria de ilustrar o meu pronunciamento relatando dois casos que vivenciei em Belo Horizonte - um na semana passada e um nesta semana. Na semana passada, fui procurado por um cidadão de Belo Horizonte que, desesperado, me relatava um fato e solicitava ajuda para um habitante de Belo Horizonte que estava no Espírito Santo e, por um infortúnio, sofreu um acidente vascular cerebral, um derrame, e estava em um hospital da cidade de Marataizes esperando a sua transferência para Belo Horizonte.

A firma em que esse cidadão trabalhava disponibilizou para ele o transporte aéreo, através de uma UTI - uma aeronave equipada com UTI. Ele se deslocou para o aeroporto de Marataizes e esperava um local em Belo Horizonte para que pudesse se internar.

Devido a laços de amizade que mantenho com a família dessa pessoa, desse cidadão, procuramos de todas as formas e percorremos, durante um dia, todos os hospitais públicos de Belo Horizonte que atendem pelo SUS, os da rede estadual e os conveniados. E, à medida que fomos procurando uma forma de atender esse cidadão, começamos a tomar conhecimento de algumas situações que são extremamente desagradáveis e difíceis para a população.

Em primeiro lugar, tivemos a informação de que o Hospital Municipal de Betim poderia oferecer uma vaga em sua UTI. Conversamos com o Diretor daquele hospital, que nos disse que só poderia internar cidadãos moradores da cidade de Betim. Primeiramente, inclusive, teria que provar que o era. E só aceitaria o morador de Belo Horizonte se houvesse uma

determinação, uma ordem, um aceiteamento do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, autorizando o internamento naquele hospital. É a institucionalização do documento para se ter acesso ao setor de saúde.

Qualquer cidadão, hoje, qualquer trabalhador que precisar de UTI, de CTI ou mesmo de uma unidade de paciente grave só terá acesso a ela em sua cidade de origem, porque se criou uma barreira institucional que proíbe às pessoas o acesso aos hospitais que têm vagas nos tratamentos de urgência e de emergência. Qualquer cidadão, hoje, que precisar recorrer a um hospital público de Belo Horizonte está fadado a morrer nas suas portas, porque, infelizmente, as vagas que existem são absolutamente insuficientes. Também há muitos hospitais em Belo Horizonte, conveniados ao SUS, que, às vezes, recebem recursos dele mas não podem atender os pacientes quando se trata de procedimentos complexos, porque custam dinheiro.

Procuraremos levar essa situação à Comissão de Saúde, para que possamos abrir, urgentemente, um debate sobre o atendimento de urgência e de emergência em Belo Horizonte e nos grandes centros deste Estado.

Um outro fato: também fomos procurados, ontem, para tentar conseguir uma cirurgia cardiovascular, uma angioplastia, para um paciente internado em um hospital da cidade de Montes Claros. Infelizmente, aquela cidade ainda não conta com esse tipo de serviço especializado no setor de cirurgia cardiovascular. Em 24 horas, recorremos a todos os hospitais, mostrando o imperativo, a urgência, a necessidade desse paciente, que é jovem, trabalhador, que ajudou a construir este Estado e esta Nação, que tem os seus direitos constitucionais. Mesmo assim, nenhum hospital sequer abriu as portas para esse procedimento, que é complexo e caro para seus cofres. Mas, por outro lado, o SUS o ressarcir no que gastar quanto ao atendimento de urgência e emergência para esse tipo de paciente.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Um aparte, Sr. Deputado. Sr. Deputado, o seu pronunciamento está sendo muito feliz. Essa é uma realidade, não só em nosso Estado como também em nosso País. Há muito tempo, venho falando dessa tribuna sobre a saúde em nosso Estado e em nosso País. Hoje, infelizmente, V. Exa. presenciou um fato que já vínhamos relatando.

Hoje, quem tem saúde em nosso País é quem tem dinheiro ou um plano de saúde. Estamos vendo todos os hospitais de referência, em Belo Horizonte, Felício Rocho, a própria Santa Casa, Vera Cruz, Santa Rita, Santa Helena, enfim, todos, diminuindo os seus leitos e suas internações pelo SUS, ainda mais em se tratando de um paciente portador de AVC, que é caro, uma vez que o SUS não remunera devidamente os hospitais. Trata-se de um problema que está ocorrendo em nosso País. Há um descaso do Governo Federal em relação ao SUS, ao atendimento médico em nosso País. Há três semanas, subi a essa tribuna para falar do caos em que se encontra a saúde em nosso Estado e em nosso País.

V. Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento e pode ter a certeza de que quem não tem dinheiro ou um plano de saúde continuará sofrendo, morrendo nas portas dos hospitais deste País.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa. em nosso pronunciamento.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)\* - Gostaria de me solidarizar e me congratular com o Deputado Carlos Pimenta, que é um sentinela da saúde nesta Casa e na sua região. Nós, como seu colega, gostaríamos de reafirmar que o SUS, no Brasil, foi implantado a partir de uma filosofia socialista e política, por pessoas que nunca examinaram doentes, apenas fizeram cursos teóricos. Mesmo assim, foi implantado num sistema utópico, numa sistemática distante da nossa realidade, inspirado nos programas da Nicarágua, de Cuba, sendo que o Brasil é um verdadeiro continente, com problemática muito diferente. O SUS foi implantado, e nós, da classe médica, o aceitamos, num primeiro momento, como um modelo a ser seguido, mas sem a busca de alternativas no setor público, além das firmas de pré-pagamento. O Governo nunca deu a devida satisfação à classe médica, nunca convidou a ela ou a qualquer dos seus segmentos para uma reflexão sobre a saúde.

Deputado Carlos Pimenta, gostaria apenas de dar meu testemunho, somando a ele o de V. Exa., que nós, no interior, temos a maior dificuldade para usar o sistema de referência e de contra-referência. Quanto à contra-referência, às vezes, é fácil, no caso em que o doente vem para o hospital de referência, num atendimento secundário ou completo. Mas o sistema de referência não funciona, porque, geralmente, não tem nem 1/10 da demanda de leitos do CTI. Não existem hospitais para atender a uma demanda reprimida de cerca de 60%, porque o SUS atende somente de 20% a 30% da demanda da classe carente. O pobre, no Brasil, embora a Constituição reze seu direito à plena saúde e que todos são iguais perante a lei, isso não funciona na prática. O SUS é responsável por 70% dos óbitos ocorrentes.

Tenho muito mais a falar, mas o tempo não me permite. Gostaria, mais uma vez, de parabenizá-lo por suas palavras.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa. Gostaria de dizer que o paciente da semana passada faleceu, antes mesmo de poder vir a Belo Horizonte. E, quanto ao paciente de ontem, por quem estamos lutando, aproveite a oportunidade para fazer um apelo a alguém de bom coração, de boa vontade, caso tenha condições, que atenda esse cidadão, que é jovem e provavelmente falecerá.

Para encerrar, Sr. Presidente, queremos convidar toda a classe médica e, de uma maneira muito especial, os Deputados médicos desta Casa, somos 13, para que possamos, urgentemente, por intermédio da Comissão de Saúde ou, mesmo, deste Plenário, fazer um convite ao Dr. Armando Costa, que é o Secretário de Saúde, pessoa cuja capacidade e interesse conhecemos, para que possamos discutir o que está acontecendo em Minas Gerais, no tocante ao atendimento de urgência e emergência. Já estamos vendo alguma coisa avançar no Programa de Saúde da Família e no Programa de Consórcios Intermunicipais, uma incrementação maior na FUNED, na produção e fabricação de medicamentos, mas o grande problema, a grande chaga, a ferida que dói no nosso Estado é o atendimento de urgência e emergência, que está trazendo agonia e angústia muito grandes a todas as pessoas. Somente quem tem filho doente, precisando de atendimento de urgência e emergência, vai para a porta dos hospitais e pode avaliar a extensão do problema.

Queremos promover um debate, convidando o Dr. Armando Costa. Vamos procurar fazer esse convite o mais rápido possível, para saber o que pode ser feito. Não se trata apenas do atendimento em Belo Horizonte, mas também do regional, dos grandes centros, das grandes cidades, das cidades-pólo, porque muitas cidades estão usando as AIHs apenas para atendimento de urgência e emergência, e já estão proibidas, há muito tempo, as cirurgias programadas e eletivas. E mesmo a demanda de urgência e emergência tem sido mais do que suficiente para cobrir toda a cota do Estado de Minas Gerais.

Fica, acima de tudo, minha indignação com o que está acontecendo, minha preocupação e meu apelo para que esta Casa promova essa discussão, porque temos, certamente, que dar uma resposta às milhares de pessoas desiludidas e que, muitas vezes, morrem às portas dos hospitais, sem programação, sem saber quais são seus direitos, em que porta vão bater e se vão encontrar aberta. Muito obrigado.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados senhores presentes nas galerias, meus amigos da imprensa: estava, no último fim de semana, quando houve um feriado, na cidade de Cabo Frio, quando tomei conhecimento, por intermédio do jornal "O Globo", da questão ligada à Fundação Cristiano Varela, da cidade de Muriaé. Sinto-me no dever de vir aqui - como político da Zona da Mata, como homem que conhece todas as questões ligadas às nossas principais áreas - falar sobre a Fundação Cristiano Varela, que, no meu entender, é, sem dúvida alguma, uma referência não só para Minas, mas também para todo o País. A Fundação nasceu do sonho do Deputado Lael Varela, que teve um filho acidentado no dia 3/10/94, exatamente no dia das eleições. O Deputado Lael Varela teve, a partir daquele momento, o coração partido pela dor da perda de um jovem de 22 anos, muito querido não só em Muriaé, mas também na região da Mata e Governador Valadares, onde era empresário e muito dedicado às causas sociais. Em função disso, a família reuniu-se e houve por bem criar essa Fundação; naquela oportunidade, doaram todos os bens que pertenciam a esse jovem para a Fundação.

O Deputado Lael Varela, que conhecemos desde a primeira campanha de que participamos, em 1986, é uma pessoa extremamente conhecida, de origem humilde. Exerceu a atividade de caminhoneiro por muitos anos e, graças a sua determinação, a sua vontade hercúlea de vencer na vida, prosperou; com a união de sua família, de seus irmãos - um deles é, hoje, provedor do Hospital São Paulo, em Muriaé, Gérson Varela -, e, de forma transparente e digna, formaram um patrimônio.

Ele não me pediu, absolutamente, que viesse aqui falar dele. Mas, como é uma pessoa que conheço desde essa época, senti-me no dever de vir falar com os nobres colegas, Sr. Presidente. Trouxe para a Assembléia um memorial descritivo dessa Fundação, que hoje está construindo um grande hospital, o hospital do câncer, que vai atender a todos que o procurarem. Senti na carne as dificuldades relacionadas a esse tipo de tratamento. Minha saudosa mãe faleceu em 1984, teve câncer durante quatro anos. Peregrinei por Juiz de Fora, Rio de Janeiro, buscando soluções que não vieram efetivamente, mas foram minimizadas pela solidariedade humana. Sei, portanto, a dimensão de um hospital desses, o que ele vai representar para o nosso povo.

Não vim aqui para criar polêmica com quem quer que seja, mas apenas para mostrar que, se o Deputado Lael Varella não tivesse feito nada em sua vida pública, bastaria essa obra. É uma obra grandiosa. Conclamo os nossos pares da área da saúde, principalmente, porque temos Deputados que conhecem essa área profundamente e poderão ir a Muriaé verificar de perto o que está sendo feito lá.

Os recursos que estão sendo empregados naquela Fundação, oriundos da área federal, foram obtidos através de indicações transparentes, também. Portanto, se existem erros, são de todos os Deputados do Congresso Nacional, que votaram e aprovaram o orçamento. O que foi levantado e questionado pode ser também objeto de fiscalização. Faz parte da nossa vida pública, como Deputados que somos, fiscalizar as entidades e a aplicação do dinheiro público. Entendo que a Fundação Cristiano Varella está absolutamente aberta para qualquer tipo de fiscalização. Tenho em mãos todos os equipamentos adquiridos até esta data, equipamentos de Primeiro Mundo, que já estão no hospital de câncer de Muriaé.

Essa cidade é muito bem localizada, tem um grande aeroporto, que é também fruto do esforço do Deputado Federal Lael Varella, que vai possibilitar o atendimento a muitos mineiros e mineiras e - por que não dizer? - aos brasileiros.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Nobre Deputado Bené Guedes, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e falar sobre a Fundação Cristiano Varella, que realmente é uma fundação para o tratamento de câncer.

Apenas quem já teve algum ente querido com câncer sabe como é esse sofrimento. Quem dera se todos os Deputados Federais fizessem o que ele está fazendo! Gostaria de parabenizar V. Exa. e o Deputado Lael Varella, porque essa Fundação é séria e, com certeza, trará grandes benefícios não apenas para Muriaé, mas também para toda a Zona da Mata. Isso é de vital importância. O nobre colega Carlos Pimenta terminou o seu pronunciamento falando sobre o tratamento de urgência, que é polêmico e para o qual não há vagas nos hospitais. Não há vagas em Belo Horizonte também. Isso, com certeza, também acontece com relação ao tratamento de câncer. Os hospitais estão superlotados, e há filas para a quimioterapia. Essa Fundação tem equipamentos de última geração. Trata-se de uma entidade transparente. As pessoas devem ir visitá-la, para, depois, criticar. V. Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço ao nobre colega, ilustre Deputado Marcelo Gonçalves, cujo aparte me gratifica e valoriza o meu pronunciamento. Gostaria de dizer que, entre aqueles Deputados que indicaram recurso para essa Fundação, tive a oportunidade de ver, no jornal, o nome da Deputada Joana d'Arc, do PT. Ela trabalhou muitos anos em Muriaé e não fez essa indicação de graça. Colocou a questão humanitária, ou seja, a da saúde, acima da questão partidária, valorizando essa indicação. Gostaria de enaltecer a sua atitude, porque mostrou que existiu uma consciência e uma tomada de posição correta, nada que possa macular a imagem dessa Fundação, que, repito, será de grande validade. Gostaria de relacionar o que já foi feito em termos de instalações: consultórios médicos, salas de exames, leitos pediátricos, enfermaria, centro cirúrgico, centro de tratamento intensivo, laboratórios de análises clínicas, laboratório de anatomia patológica e farmácia.

O Deputado Agostinho Patrús (em aparte)\* - Deputado Bené Guedes, gostaria de, em meu nome, trazer o meu testemunho a respeito desse assunto que V. Exa. levantou, ou seja, com relação ao problema da Fundação Cristiano Varella. Nós, que conhecemos o Deputado Lael Varella há muitos anos, podemos testemunhar a forma correta, séria e honesta com que desempenha sua função pública, como Deputado Federal, de maneira desinteressada, com o objetivo de servir à população das cidades que representa, especialmente à da cidade de Muriaé. Portanto, gostaria de me associar às palavras de V. Exa., dando o testemunho da seriedade e honestidade com que o Deputado Lael Varella sempre se portou na vida pública.

Esse hospital será o orgulho do nosso País, pela modernidade de seus equipamentos, e certamente trará orgulho a toda a região da Zona da Mata. Ele há de servir a Minas Gerais, com a aparelhagem própria para o tratamento do câncer. Foi muito feliz, na sua intervenção, o Deputado Marcelo Gonçalves, quando disse que apenas aqueles que têm ou que tiveram alguém sofrendo dessa terrível doença podem avaliar quanto beneficiará Muriaé e toda a região da Zona da Mata esse hospital, que está sendo construído com recursos públicos e também da família Varella. Parabéns, Deputado Bené Guedes, pela iniciativa de subir à tribuna desta Casa e fazer a defesa da construção desse hospital e, especialmente, da honestidade, da honradez e da seriedade do Deputado Lael Varella.

O Deputado Bené Guedes - Agradeço ao Deputado Agostinho Patrús o aparte. V. Exa. também é profundo conhecedor da questão da saúde e é amigo do Deputado Lael Varella, já que lá esteve várias vezes, e, por isso, seu testemunho valoriza a nossa colocação no momento.

Dando seqüência, gostaria de dizer que temos também a questão ligada ao setor de prevenção e campanhas e as salas de exames e triagem, de imunização e de atividades; o setor de tratamento de quimioterapia, radioterapia, braquiterapia, fisioterapia, psicologia, odontologia, serviço de nutrição e dietética; o setor de diagnóstico e medicina nuclear, mamografia, tomografia, cistoscopia, videoendoscopia, raios X e ultra-som. Estes são serviços da maior relevância e serão prestados naquela cidade.

Quero reiterar a minha estima e consideração pelo Deputado Lael Varella, por seu trabalho em favor da Zona da Mata e de Minas Gerais. Na Assembléia, estamos solidários e abertos não para defendê-lo, pois ele não precisa de defesa, mas para esclarecer a opinião pública e testemunhar que essa Fundação é uma realidade e é extremamente séria. É dirigida por uma família que tomou essa decisão em um momento de dor, visando ao social. Atende a todas as pessoas necessitadas de tratamento contra o câncer, gratuitamente. Portanto, ela é de relevância e merece o nosso respeito. Toda a Assembléia pode tomar conhecimento dela, por meio desse memorial descritivo, analisá-la e fazer suas considerações. Se o nosso Presidente, Deputado Anderson Adatao, assim como o nosso Vice-Presidente, Deputado José Braga, determinarem a ida de uma comissão de alto nível da Assembléia à Fundação Cristiano Varella, disponho-me a ir e verificar de perto o que está sendo feito.

Nesta oportunidade, transfiro ao Deputado Lael Varella e a toda a sua família a minha solidariedade, de que são merecedores. São pessoas voltadas para o povo mais sofrido e menos favorecido pela sorte. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhoras e senhores presentes, estamos saindo de um fim de semana festivo, com os incontáveis eventos em comemoração ao meio ambiente, cujo dia mundial, criado pela ONU, foi tema de exposições, debates, palestras e manifestações que ganharam a mídia.

Não faltaram discursos, dados estatísticos e promessas de convivência pacífica entre o homem e o meio ambiente, verdadeiramente uma forma de amenizar tudo de mal que já foi feito contra a mãe-natureza, que há muito padece em nome do desenvolvimento.

Nós, que em nossa vida profissional sempre trabalhamos na área ambiental, em quase 27 anos na COPASA, temos a consciência de haver contribuído, com uma pequena parcela de nosso tempo e do nosso conhecimento, para que um número maior de pessoas pudesse usufruir de um meio ambiente mais saudável.

Temos problemas graves na área ambiental, e nossas autoridades ainda não se sensibilizaram, por exemplo, para o fato de que o investimento na preservação do meio ambiente é economia no combate às doenças provocadas pela poluição. E podemos exemplificar com o saneamento, área em que de cada R\$1,00 investido economiza-se entre R\$6,00 a R\$8,00 em gastos com a saúde.

Somos inteiramente adeptos do progresso e do desenvolvimento, mas entendemos que eles devem ser sustentáveis, porque nada se constrói com a simples destruição de algo de tamanha importância como o meio ambiente.

Em termos de Brasil, Minas Gerais é ecologicamente privilegiada, e temos notado, com alegria, a existência de um árduo trabalho de preservação, em nossos 19 parques estaduais e em nossas 7 estações ecológicas, despontando, nessas iniciativas, a dedicação de idealistas, amantes da natureza, que dedicam seus conhecimentos à luta pela preservação.

Em termos de meio ambiente, muito se deve às entidades não governamentais, uma vez que os órgãos governamentais estão praticamente emperrados, em meio a entraves burocráticos.

Assim é que trabalhos como o desenvolvido pelo jornalista e ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, Hiram Firmino, do jornal "Estado de Minas"; o Projeto Manuelzão, coordenado pelo Prof. Apolo Heringer, que trabalha pela recuperação do rio das Velhas; o trabalho desenvolvido na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES - pelo sanitarista José Nelson de Almeida Machado, e o trabalho de tantas outras entidades, que vêm batalhando, no dia-a-dia, por um meio ambiente melhor, não podem deixar de ser lembrados.

Em termos de Belo Horizonte, podemos dizer que, hoje, temos uma Capital mobilizada para a luta contra o agente poluidor. Nossas autoridades anunciam a despoluição da Pampulha e a construção da estação de tratamento do Arrudas, obras que, se realizadas, sem dúvida alguma, darão à nossa Capital uma situação privilegiada no País, em termos de meio ambiente.

Foi consciente da importância do meio ambiente em nossa vida que, há anos, depois de me formar em Engenharia Civil, abracei a especialização na Engenharia Sanitária e me senti feliz e realizado profissionalmente.

Nesta Casa, desde a primeira hora, sempre nos preocupamos com os assuntos ambientais e, como tal, indicado pelo nosso partido para compor a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, temos a consciência de estar atuando de forma a ajudar a despertar nas autoridades e no povo em geral a consciência ecológica.

Foi assim que, há algum tempo, entramos com um requerimento junto à Mesa diretora desta Casa solicitando a realização de uma reunião especial, comemorativa, pela passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, solicitação esta que se encontra com o Sr. Presidente desta Casa, aguardando a definição de uma data.

No entanto, não poderia deixar de ocupar esta tribuna, nesta tarde de terça-feira, uma vez que tivemos, no último sábado, dia 5, a comemoração dessa data tão importante para toda a humanidade. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, companheiro José Braga; Srs. Deputados que estão nas Comissões; Srs. Deputados que estão na ante-sala do Plenário, inviabilizando o trabalho desta Casa, gostaria de agradecer a atenção de todos que vieram ao Plenário responder à chamada, dando-nos a oportunidade de falar agora.

Gostaria de agradecer também a boa-vontade do Líder do PSDB nesta Casa, Deputado Hely Tarquínio, pela sua coerência quanto à sua colocação sobre o "quorum" desta Casa. Gostaria de cumprimentar também os telespectadores da TV do Legislativo. Hoje, os fiscais deste Legislativo nos acompanham, podem ver a dificuldade que enfrentamos quando queremos usar a palavra, e a Oposição fica "jogando pesado", não deixa dar "quorum" na reunião, não vota. Assim mesmo, em meu nome e em nome dos companheiros que se preocupam com os problemas de Minas, gostaria de agradecer também a esses companheiros. (- Lê:)

"Como um homem de rádio, venho hoje a esta tribuna, com muita alegria, cumprimentar um grande companheiro, Dirceu Pereira, ex-colega desta Casa, que, com muita capacidade e poder de liderança, acaba de assumir uma das mais importantes associações do Estado de Minas Gerais. Estamos nos referindo à Associação Mineira de Rádio e Televisão, que congrega, hoje, mais de 300 filiados, com emissoras nas mais importantes cidades de Minas Gerais.

Dirceu Pereira conseguiu compor umas das chapas mais importantes da história da AMIRT, com homens de grande vivência, liderança e atuação no meio radiofônico. Entre tantos importantes, podemos destacar o nosso ilustre amigo e líder do Governo nesta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, Deputado Mauri Torres, José Fernando Aparecido de Oliveira, Milton Lucca, Paulo Narciso, João Bosco Torres, Emanuel Carneiro, Presidente da Rede Itatiaia de Rádio, Landolfo Dornas, Dr. Victor Purri Neto, uma das maiores autoridades da eletrônica neste País, que é o legítimo representante dos "Diários Associados", e tantas outras lideranças do mais alto prestígio em nosso Estado.

Dirceu Pereira inicia uma liderança para que a AMIRT seja a voz oficial para falar para 18 milhões de mineiros, dando a Minas Gerais uma verdadeira personalidade nas comunicações deste País.

E o que mais me emociona neste pronunciamento, desta tribuna, é que sei como Dirceu galgou os mais importantes cargos e lideranças neste Estado. Pessoa que veio de um berço humilde, filho de um simples alfaiate, o saudoso Sr. Geraldo Araújo, muito querido e respeitado nos meios espiritualistas, e que o ensinou a ter respeito às pessoas, ao trabalho e muita humildade.

O novo Presidente da AMIRT já ocupou cargos de confiança em nossas principais emissoras, como Diretor Artístico da Rádio Itatiaia, chegando a Diretor Assistente e Coordenador-Geral da Rádio Guarani, Diretor Artístico da TV Alterosa, Produtor e apresentador do maior programa da televisão mineira, que foi o "Povo na TV", uma verdadeira tribuna em favor dos menos favorecidos. Dirceu, contudo, não abandona sua vocação para a comunicação e apresenta, com absoluto sucesso, o "Dirceu Pereira 20 horas", na Rádio Itatiaia, e "Dirceu Pereira, O Repórter", no Canal 30.

Companheiros, o nosso amigo, agora Presidente da AMIRT, é um dos maiores defensores desta Casa, pois aqui passou e sentiu de perto a importância do trabalho de um Deputado. Em todos os seus programas, nunca deixou de abrir as portas para os representantes desta Casa, expôs suas idéias e seus ideais. A AMIRT está muito bem representada, sem dúvida alguma. Como um comunicador desse mesmo veículo, com um programa que já faço na Rádio Capital, há 14 anos, sei bem da força do rádio, que é o veículo, pela sua facilidade de estar em qualquer lugar, que reúne a maior audiência neste País.

Sr. Presidente, ilustres companheiros desta Casa, vamos somar forças em torno dessa nova diretoria da AMIRT, e, de maneira muito especial, em nome do Presidente, jornalista, Constituinte desta Casa, Dirceu Pereira de Araujo, um grande vencedor em sua luta em prol da comunidade mineira. Da minha parte, farei do meu gabinete a continuação da sede da AMIRT. Muito obrigado."

Aqui faço, em meu nome e em nome do PDT, uma saudação ao companheiro Dirceu Pereira e um voto de congratulações à AMIRT, pelos novos rumos que seguirá, em Minas Gerais.

#### 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/6/99

O Deputado Pastor George\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes presentes nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, o noticiário dos últimos dias tem nos levado a refletir sobre a democracia, a imprensa e todo o processo político por que passa o Brasil.

Como homem da imprensa, valorizo a sua importância e seu papel de informar e investigar a verdade, esteja ela onde estiver, abrindo espaço para o contraditório. Estamos presenciando o efeito do jornalismo investigativo e sério com a reabertura do caso das mortes de PC Farias e Suzana Marcolino, para citar como exemplo atual.

Fatos recentes colocaram o Brasil novamente em situação de apreensão e surpresa. Publicou-se matéria, que já é do conhecimento de todos, sobre os grampos telefônicos envolvendo o Presidente Fernando Henrique. Acreditamos que o Presidente da República tem o dever de ser imparcial e isento em processos de privatizações, como é o caso, não podendo sê-lo em relação à miséria e às desigualdades sociais e regionais, para ficarmos só nesses aspectos.

O Governo rebateu que as notícias foram sensacionalistas, que as gravações foram obtidas ilegalmente e as privatizações foram realizadas na forma de leilão e não de licitação. Tem razão o Governo quando declara que as gravações foram obtidas ilegalmente, e, juridicamente, elas não têm valor como prova; também que as privatizações foram em forma de leilão e não de licitação.

Senhores e senhores, mesmo que o Governo e seus aliados no Congresso Nacional tenham feito uma "operação abafa", menosprezando qualquer intenção de apuração dos fatos, lembramos que vivemos em pleno regime democrático e que o Presidente Fernando Henrique tem a obrigação de nos informar o que realmente aconteceu nesse período. Indignamo-nos, também, com o ato de grampear ligações telefônicas da maior autoridade do País e de representantes do Governo, o que torna a ação grave, e os culpados devem ser punidos, uma vez que se trata de um crime.

Não queremos aqui ser pessimistas, derrotistas, desejando a instabilidade do Governo de uma maneira inconseqüente. Queremos, sim, é ter explicações verdadeiras do Governo, mesmo porque ainda está no ar e na nossa memória o processo de votação do projeto da reeleição presidencial, quando se falou em compras de votos e houve até renúncias de Deputados Federais.

O Jornal "Folha de S. Paulo", em matérias recentes, publicou que o setor público investiu algo em torno de US\$13.285.000.000,00 dos US\$62.564.000.000,00 obtidos desde 1991 com privatizações de empresas federais e estaduais, ou seja, o Estado Bancou 21% das privatizações. O BNDES foi a instituição que entrou como a maior fonte de financiamento, vindo depois os fundos de pensão de funcionários de estatais e o Banco do Brasil.

Meus caros pares, o papel do BNDES como Banco de fomento é muito importante. No entanto, ficamos, como também alguns empresários, no mínimo pensativos. Senão, vejamos porque: para investirem e expandirem seus negócios, muitas vezes encontram dificuldades enormes em obter recursos financeiros. Essa é hoje uma das maiores dificuldades dos empresários do Brasil. Por um lado, por falta de garantias, tanto reais como de avalistas; por outro, dos trâmites burocráticos. Nesse cenário, vem a informação do valor de parte do montante de recursos que o Governo dedicou às privatizações. É notório que o papel dos Bancos é emprestar recursos, mas a juros e condições privilegiadas para empresas privadas, que estavam no páreo das privatizações, é, no mínimo, diferente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a propósito, protocolamos nesta Casa projeto de lei que dispõe sobre a criação da Associação de Crédito Popular do Estado de Minas Gerais, a qual deve ser um sistema de acesso ao crédito para desempregados que possuem potencialidades e experiências em atividades já desenvolvidas anteriormente, devidamente comprovadas, ou seja, pessoas que, se financiadas, podem abrir seu próprio negócio, tais como: mecânica de automóveis, salão de beleza, barbearia, confecção, prestação de serviços, sapatarias, docerias, serralherias, entre outros. Esse projeto prevê a liberação de recursos financeiros de uma forma mais simples e direta, ao contrário dos projetos que o BNDES financia.

Outro tema que nos chamou a atenção foi o gráfico sobre as doações de Bancos e empreiteiras na campanha eleitoral do ano passado. Para a Presidência da República, do total gasto, um volume expressivo de doações vieram de Bancos. Nada mais justo, pois foram os Bancos os que mais ganharam no período de Governo do Presidente Fernando Henrique. Segundo dados do jornal "Folha de S. Paulo," o patrimônio líquido do conjunto das instituições financeiras mais do que duplicou, passando de R\$26.426.000.000,00 para R\$55.653.000.000,00. Pasmem, meus caros pares, o aumento do patrimônio e do faturamento não corresponderam ao aumento de impostos, de acordo com informe da Receita Federal. Aqui, naturalmente, cabe uma pergunta: Como é que pode aumentar o faturamento e diminuir o recolhimento de impostos? Mágica, jogadas contábeis, não sei. Li matéria, também, a respeito de pessoas que enviaram dinheiro para fora do País, através das contas CC-5, cuja maior parte não paga Imposto de Renda e algumas nem C.P.F. têm. É, também, no mínimo curioso. Será que faltou fiscalização, interesse? Bem, alguma coisa faltou.

No início, mencionei a minha preocupação com essas notícias, pois, apesar da diversificação dos temas abordados, todos deságuam no mesmo ponto: o País necessita de reformas e, principalmente, de civilidade. A democracia tem que continuar permeando a Nação brasileira, porém os brasileiros não podem deixar de se revoltar contra as desigualdades e injustiças. A violência urbana e o desemprego não podem continuar a ser rotina e fatos normais aceitáveis como parte da modernidade e da contemporaneidade. Nós, como representantes do povo e eleitos legitimamente, temos de, a cada dia, refletir e propor soluções e projetos para minimizar e melhorar a condição dos nossos coestaduanos, pois a situação é grave e não cabe, neste momento, discussões vazias, vaidosas e estéreis. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, senhores presentes no Plenário, senhores da imprensa, senhores da assessoria, gostaria, nesta tarde de hoje, de enfatizar um assunto extremamente importante para a sociedade brasileira: O processo produtivo e o meio ambiente. Essa é uma homenagem à Semana do Meio Ambiente, que transcorreu na semana passada. Nesta semana em que comemoramos as atividades relativas ao meio ambiente, nunca é demais lembrar aos nobres colegas Deputados e à sociedade, enfim, que precisamos legislar de modo a conciliar as ações pertinentes ao meio ambiente com as atividades produtivas.

Todavia, acima de tudo, é necessário que o poder público cumpra as leis vigentes, criando mecanismos hábeis e a estrutura necessária, sem o quê, a lei torna-se, no chavão do legislador, uma simples letra morta.

Nos últimos anos, esta Casa legislou com muita sabedoria e propriedade a respeito desse assunto. Citamos, como exemplos, as Leis nºs 12.503, de 30/5/97, que cria o Programa Estadual de Conservação da Água; 13.194, de 29/1/99, que cria o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO -; 13.199, de 20/1/99, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos; 12.596, de 30/1/97, que dispõe sobre a ocupação, o uso, o manejo e a conservação do solo agrícola; 10.561, de 28/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado de Minas Gerais, além de decretos já publicados ou em processamento.

A responsabilidade social dos negócios tem sido a tônica das modernas discussões dos empresários. Nesse contexto surge o grande desafio de destacar a importância da educação e a viabilidade real de fazer interagir a economia com a cultura.

Nenhuma Empresa, qualquer que seja o seu tamanho, num mundo capitalista ou social-capitalista, se instala para ter prejuízos. O que precisa avançar, sem dúvida, é a conciliação dos aspectos sociais das empresas - e isso é antes de tudo cultural - com suas atividades econômicas. Entre os aspectos sociais, destaca-se, com forte peso ponderado, o meio ambiente.

Ora, a competitividade da empresa brasileira em um mercado globalizado, a política de desenvolvimento e a responsabilidade econômica e social fazem com que seja necessário procurar um equilíbrio técnico e racional entre a atividade produtiva e a preservação ambiental. E, sem dúvida, é crescente a consciência ambientalista em todo o mundo. Países mais adiantados respondem mais rapidamente aos apelos da sociedade e ganham a dianteira, pois dispõem de um sistema científico e tecnológico mais avançado, de educação mais consolidada e, na maioria, são carentes de área física, de água doce e de biomassa, necessitando dispensar maior cuidado com seus recursos naturais.

No Brasil, essa consciência vem ganhando espaço, de forma relativamente rápida, graças a movimentos organizados, à formação de organizações não governamentais, à inserção do segmento meio ambiente nos currículos escolares, no planejamento estratégico do Governo, à retomada da legislação pertinente e muitas outras iniciativas públicas e privadas.

Também, um equilíbrio mais racional e menos apaixonante, ou simplesmente ideológico, vem norteando as políticas nesse contexto, levando os dirigentes e a sociedade a discutir e a agir na área ambiental, como sendo uma ação conjunta, sistêmica, de interesses mútuos, em que a retórica cede espaço à prática de resultados concretos.

Exemplos dessa afirmativa estão na produção do leite ecológico, no uso do gás natural veicular, na demanda da chamada carne verde ou carne de pasto, na agricultura orgânica, na isenção de hormônio e antibióticos na produção pecuária, na produção de material higiênico biodegradável, na execução municipal de programas de saneamento ambiental, na oferta de produtos capazes de absorverem toxinas e degradá-las convenientemente, na instalação de fábricas recicladoras de resíduos, na preservação das matas ciliares, na exigência da reserva legal em propriedades agrícolas.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de dispensar o devido apoio ao setor produtivo que gera emprego e renda, que produz resultados econômicos indispensáveis ao fortalecimento do setor social, que produz divisas tão importantes para o equilíbrio da balança comercial, entre outras, importâncias vitais ao desenvolvimento da Nação.

E, para finalizar, comemorando, de maneira concreta, a semana do meio ambiente, gostaria de apresentar duas ações parlamentares que estimulam a produção agrícola e industrial, tendo em vista que a legislação pertinente é, de modo geral, tão-somente punitiva.

A primeira proposta trata de um projeto de lei que cria o programa de estímulo à produção, para aquele que produz, obedecendo a legislação vigente relativa ao meio ambiente.

A segunda proposta refere-se a um requerimento à Presidência desta Casa, solicitando gestões junto à Câmara dos Deputados para que se apresente proposta de criação do programa de estímulo à produção, por parte da União, a exemplo da nossa proposta em nível do Estado de Minas Gerais.

Ao protocolizar essas duas ações, o que farei oportunamente, acreditamos estar dando mais um passo para a realização das atividades ambientais, tão importantes e necessárias ao nosso Estado, que detém parcela altamente significativa na composição da produção brasileira, seja na agropecuária, na siderurgia, na mineração, na agroindústria, nos têxteis, na área automotiva, entre outras.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Neste momento, quero expressar minha satisfação com as posições de V. Exa. e até mesmo o orgulho desta Casa em tê-lo como defensor, sempre de prontidão, de todo processo ou ação que vise ou que venha a beneficiar a área produtiva na agricultura de nosso Estado. Louvo de maneira especial o anúncio de V. Exa. com relação a essas medidas, principalmente para a proteção do meio ambiente e da ecologia de nosso Estado. Acho que o Deputado Paulo Piau tem feito um grande trabalho.

Mas gostaria de abrir um parêntese para dizer que, apesar de todas as ações que estamos fazendo e de toda a força que esta Casa sempre deu - especialmente V. Exa. - às medidas que venham preservar o meio ambiente no Estado de Minas Gerais, é necessário, por outro lado, que as pessoas que têm o poder de decisão sobre o que fazer e o que não fazer, o que proibir e o que não proibir - principalmente para a proteção do meio ambiente - procurem uma forma de conciliar a produção com a proteção do meio ambiente.

Temos vários projetos e ações que hoje estão na Secretaria do Meio Ambiente, especialmente na FEAM, os quais certamente ajudarão muito a parte produtiva de nosso Estado, mas que estão sofrendo, devido à morosidade da análise por parte da FEAM. Gostaria de citar apenas uma: na região de Ubaí, de Ponto Chique, há uma barragem que precisa ser construída - a barragem de São Gregório. Para essa barragem, já temos pronta a parte orçamentária, por meio da CODEVASF, e a garantia da liberação de recursos, porque são recursos orçamentários - especificamente para a CODEVASF, dentro do orçamento geral da União. Esse projeto já existe há mais de três anos, mas, há mais de dois anos, estamos esperando uma deliberação da FEAM, para liberar a licença de instalação, para liberar os entraves burocráticos com relação ao meio ambiente.

Já fizemos apelos a todas as autoridades; já fomos a Brasília, já viemos a Belo Horizonte, contando até mesmo com a participação, muito importante, do Deputado José Braga, votado na região, e com nosso trabalho. Enfim, há uma ação muito forte para pressionar a FEAM a decidir. Não se pode conceber a idéia de que, tendo R\$1.800.000,00 liberados pela CODEVASF e sendo a grande necessidade dessa região a construção dessa barragem - que é uma barragem de perenização -, a bendita FEAM esteja com um processo na mão, com os projetos na mão, fazendo todas as exigências que se possam imaginar. E mais: essas exigências estão sendo cumpridas, pois a CODEVASF é um órgão extremamente competente e sério, há pressão política desta Casa, mas não há santo que tire esse projeto de dentro da FEAM.

Então, quero louvar seu pronunciamento, sua posição, mas, por outro lado, entendo que, ao lado da imperiosa necessidade de se defender o meio ambiente, é preciso que esse pessoal ponha a mão na consciência, deixe o radicalismo e as paixões de lado e comece a entender que os projetos produtivos agropecuários, que têm respaldo técnico e contam com a participação de órgãos como a CODEVASF, precisam ser implantados, para o bem da região e do Estado de Minas Gerais. Parabéns!

O Deputado Paulo Piau - Gostaria, agradecendo ao Deputado Carlos Pimenta, de também me somar a essa preocupação, porque temos notícia de vários projetos, projetos industriais, projetos em outras áreas, também, do setor produtivo.

A FEAM presta hoje um grande trabalho a Minas Gerais, porém a morosidade na análise desses projetos tem causado, de fato, uma interrupção no processo de desenvolvimento do Estado. Então, o meio ambiente é importante, mas a produção também é, assim como é construir uma barragem de tanta importância como essa referida. Portanto, esta Casa tem de somar-se a essa preocupação de V. Exa. e pedir, realmente, aos órgãos ambientais, que não abram mão da preservação, mas que, por outro lado, sejam ágeis, a fim de contribuir com o desenvolvimento de Minas Gerais.

Sr. Presidente, queria também fazer uma homenagem especial a uma grande figura, que se chama João Quintiliano de Avelar Marques, considerado o "Pai da Conservação do Solo do Brasil". Quando se fala de solo e conservação, está-se falando em preservação de meio ambiente. Recebi também um "e-mail" de um pesquisador da EMBRAPA - do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo -, que nos brinda com "O Décimo Primeiro Mandamento", o qual gostaria de citar aqui: "Herdeiras o solo sagrado, e a fertilidade será transmitida de geração em geração, protegerás teus campos e tuas florestas contra a erosão e a desolação, impedirás que tuas fontes sequem e que teus campos sejam devastados pelo fogo, para que teus descendentes tenham fartura para sempre...".

Este texto é de Walter C. Lowdermilk.

Sr. Presidente, gostaria também de fazer, em nome da Bancada do PFL, um manifesto de congratulação, de agradecimento ao nosso partido, pela vinda de duas grandes figuras da política nacional: o nosso ex-colega desta Casa Deputado Ronaldo Vasconcellos, que passou por várias legislaturas nesta Casa. Ao fazermos um pronunciamento sobre meio ambiente, gostaríamos de dizer que ele é uma bandeira que representa o meio ambiente em nosso Estado e que, agora, na Câmara Federal, também sustenta essa bandeira, com a competência que todos conhecemos. Portanto, em nome do meu Líder, Sebastião Navarro Vieira, em nome da Bancada do PFL, gostaríamos de dizer ao Ronaldo Vasconcellos que será muito bem-vindo ao nosso partido; e também o Deputado Roberto Brant, mineiro de excelente estirpe, que tem uma notoriedade muito grande na área produtiva, na área da Fazenda e nas áreas tributária e fiscal. Tenho a certeza de que ele virá, também, somar-se às colunas do PFL. Portanto gostaria de deixar consignado nos anais desta Casa a alegria da Bancada do PFL, por receber essas duas figuras - o Deputado Ronaldo Vasconcellos e o Deputado Roberto Brant.

O nosso Líder comunica que amanhã, às 9 horas, na Câmara Federal, estará sendo homenageado o nosso colega Deputado Ronaldo Vasconcellos. Aproveitamos a oportunidade para parabenizá-lo pela sua atuação, e pela homenagem que receberá amanhã, no Congresso Nacional. Obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, companheiros Deputados e Deputadas, primeiro gostaria de agradecer ao Deputado João Leite a gentileza de permitir-me fazer o meu pronunciamento neste momento, na sua frente. Quero também cumprimentar todos os Deputados e fazer uma referência especial ao meu companheiro, ex-Vereador de Belo Horizonte, Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Meus companheiros, minhas companheiras, Srs. Deputados, o assunto que me traz aqui hoje também é tão importante quanto aquele por mim trazido no dia de ontem, sobre a violência nas escolas: a questão tributária em nosso País. O sonho, não só dos tributaristas, mas de qualquer cidadão comum, é ver, sem dúvida alguma, uma justiça tributária. E o que seria, em última análise, essa justiça tributária? Seria todos pagarem, e pagarem pouco, e pagarem o que é justo, com o Estado podendo arrecadar e aplicar equanimemente os seus recursos.

Esse, sem dúvida alguma, seria o grande parâmetro, o grande desejo de todos nós. E é nesse sentido, Sr. Presidente, que estamos entrando com um requerimento solicitando que a Mesa da Assembléia constitua uma comissão especial com a finalidade de acompanhar a tramitação do projeto de reforma tributária junto ao Congresso Nacional, porque, infelizmente, esse assunto vem se arrastando, ano após ano, e é um assunto que diz respeito a toda a Nação brasileira. É um assunto importantíssimo, sobre o qual temos que nos debruçar efetivamente.

Mas, Sr. Presidente, as recentes modificações efetuadas na equipe da Secretaria da Fazenda, com a indicação do Dr. José Augusto Trópia Reis em substituição ao Dr. Alexandre Dupeyrat, trouxeram à baila algumas discussões sobre o pretenso terrorismo fiscal que está sendo imposto ao contribuinte mineiro, bem como sobre o caráter, mais repressor que preventivo, que estaria sendo adotado por aquela Pasta.

Uma análise isenta da matéria, entretanto, leva-nos a concluir que todas as partes envolvidas têm sua parcela de razão. Em primeiro lugar, é compreensível que o contribuinte se ressinta da pesada conjuntura econômica, que dificulta o cumprimento das obrigações fiscais. Em segundo lugar, o Estado de Minas se encontra em crítica situação financeira, donde a necessidade de agilizar a obtenção de recursos e aumentar seu volume. Finalmente, não se pode classificar a equipe fiscalizadora da Secretaria da Fazenda de arbitrária e repressiva, porquanto a classe dos fiscais só tem feito cumprir sua obrigação de acordo com a lei.

Partindo dessas premissas, de que nós acreditamos na boa-fé de todas as partes envolvidas, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o momento atual enfrentado pelo órgão arrecadador, com os correspondentes desafios que se apresentam. Para começar, não se pode esquecer que a fiscalização tributária é um dever do Estado, a ser exercida pelos funcionários fiscais.

A imposição de penalidades, por sua vez, não pode ficar sujeita ao arbítrio do funcionário, mas representa uma ordem da sociedade. É o povo, por meio desta Assembléia e com a sanção do Executivo, que elabora a lei a ser cumprida pela fiscalização.

Essas penalidades se dividem em dois grupos distintos: o primeiro contempla as penas a serem aplicadas sem a ação fiscal, enquanto o segundo contém aquelas incidentes após a ação fiscal.

Ora, compreende-se que o Estado, na preocupação de auferir recursos em caráter emergencial, procure agilizar a arrecadação ou, usando da terminologia específica, priorizar as receitas correntes. Assim, visou-se modificar a postura da Secretaria, que antes era voltada, em grande parte, para o levantamento de infrações passadas e sua conseqüente autuação, sem a posterior preocupação do ingresso dos recursos. Em outras palavras, Sr. Presidente, criou-se um clima de orientações informais, para induzir o contribuinte ao pagamento devido, evitando-se a autuação e a correspondente ação judicial.

Não se pode desmerecer totalmente dessa filosofia de trabalho, considerando-se que o ativo tributário do Estado equivale a mais de R\$5.000.000.000,00, para cuja cobrança a máquina pública se mostra ineficiente. O indesejável nesse sistema, no entanto, é que, mesmo garantindo o ingresso de recursos de forma mais ágil, ele inibe o chamado direito ao contraditório, ou seja, aquele segundo o qual a ação fiscal pode e deve ser revista.

Existe um dever legal do funcionário fiscal de autuar qualquer irregularidade apurada. Trata-se de disposição contida em lei complementar federal, que não pode ser alterada pela administração tributária e fiscal do Estado, tampouco por lei estadual. Na verdade, a indução ao pagamento, após a constatação da irregularidade, sem autuação, gera falta funcional cometida pelo fiscal e cria uma possível e delicada situação de negociação entre fiscal e contribuinte.

Estamos, portanto, em face de um duplo desafio. Primeiramente, o Estado deve procurar meios para agilizar a arrecadação e implementar o ingresso de recursos em seu caixa. Por outro lado, o contribuinte tem direito a argüir a justiça da autuação, o que faz por via judicial. Como, então, conciliar essas duas facetas?

A resposta estaria, Sr. Presidente, muito possivelmente, na construção de um pacto social-tributário, a ser celebrado entre Executivo e Legislativo, viabilizando, mediante lei, a incidência de multas menos onerosas para aqueles contribuintes que demonstram efetivamente manter-se em dia com suas obrigações. Paralelamente, teríamos um controle fiscal mais efetivo. Seria adotada uma política de sanções, com rigor menor para os inadimplentes que se justificassem e maior para os fraudadores, sem prejudicar a atividade produtiva e viabilizando a administração fiscal dentro dos limites da lei.

Esse pacto social-tributário, Sr. Presidente, possibilitaria a adequação da carga tributária aos interesses do Estado e da sociedade, não implicando a concessão de benefícios fiscais. Sintetizando, Sr. Presidente, a implantação de uma nova política de sanções e de retorno ao legalismo da ação do fisco seria acompanhada por política tributária que fortalecesse a economia mineira e atendesse as demandas sociais.

É essa, em linhas gerais, uma proposta que segue as diretrizes do Governo mineiro, mas sem opressão indevida para com o contribuinte. O que não se discute é a necessidade da referida fiscalização tributária. O que se torna patente é a necessidade de equilibrar as finanças estaduais, evitando-se a sonegação e a fraude. Esses fenômenos, aliás, nunca foram tão inaceitáveis como agora, nessa época de séria crise econômico-financeira e de enorme sacrifício para o povo de Minas Gerais.

São considerações que submetemos a nossos colegas parlamentares e ao Poder Executivo, na pessoa de S. Exa. o Governador Itamar Franco e do Secretário da Fazenda, Dr. José Augusto Trópia Reis.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, infelizmente, por falta de luz na Casa - não de luz nossa, dos parlamentares, mas de luz mesmo -, a Comissão de Fiscalização Financeira não pôde terminar a sua análise do Projeto de Lei nº 265, o que faremos em Plenário com a nomeação de um relator para esse projeto.

Mas, Sr. Presidente, quero lembrar e enaltecer o trabalho de dois companheiros da Casa, Deputados Mauri Torres e Antônio Júlio, que se debruçaram sobre esse projeto e trouxeram a esta Casa e ao Executivo uma possibilidade de arrecadação com certa justiça fiscal. Sr. Presidente, é nesse encontro que queremos propor que o Legislativo e o Executivo promovam mudanças e o pacto social tributário, para que possamos dar condições ao contribuinte mineiro de fazer o recolhimento de seu fisco com justiça.

Mais do que isso, Sr. Presidente, estou encaminhando a constituição de um comissão para acompanhar, no Congresso Nacional, a reforma tributária. Por que aí, sim, Sr. Presidente, cada cidadão brasileiro vai ter consciência, responsabilidade, respeito e vontade de recolher aos cofres públicos a sua parcela de contribuição para uma sociedade mais justa e melhor. Mas não da forma dessa carga tributária hoje, que é injusta, avassaladora e imoral e atinge todos os contribuintes do País.

Por isso, Sr. Presidente, esta Casa, neste momento, tem que se manifestar, e o faço em nome da Comissão de Fiscalização Financeira.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Márcio Cunha, gostaria também de parabenizá-lo por esse tema da reforma tributária. Quero apenas chamar a atenção da sociedade como um todo para o fato de que hoje não existe nada mais importante no País do que promover as reformas da Constituição, que estamos esperando há tanto tempo. No entanto, forças ocultas acabam interrompendo o processo. Em 1993, depois da célebre frase do ex-Presidente José Sarney sobre a ingovernabilidade do Brasil com base na Constituição, colocaram nas Disposições Transitórias que, após cinco anos, a nossa Constituição sofreria uma revisão.

Naquela época, veio a CPI dos Anões do Orçamento, então a imprensa, os Deputados e o Congresso, como um todo, voltaram a atenção para aquele fato, e a revisão não aconteceu.

O mesmo está acontecendo agora: se não existe nada mais importante do que fazer reforma tributária, reforma política, porque elas são estruturantes para a vida nacional, aparecem novas CPIs, a CPI do Judiciário, a CPI dos Bancos e até a do grampo do Presidente da República. Isso, Sr. Deputado, parece-me coisa arrumada, forças ocultas que não sabemos de onde vêm. Mas todas as vezes que este País está para dar um salto, para que ganhe ritmo no seu desenvolvimento, aparecem coisas menores, de menos importância. Não discuto a importância das CPIs, porque elas são realmente necessárias, mas são menos importantes do que fazer reformas na Constituição.

Portanto faço um alerta aos colegas e envio um recado à população e aos congressistas, em Brasília: não dêem trégua e exijam, realmente, a reforma da nossa Constituição, porque sem ela este País não tomará um rumo definitivo, um rumo duradouro. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Deputado Márcio Cunha - Eu é que agradeço, ilustre Deputado Paulo Piau, atuante e aplicado.

Gostaria de aproveitar o gancho dado por V. Exa. para concordar com a sua intervenção e dizer o seguinte: em 1988, o povo brasileiro, através de um ilustre companheiro - e, para minha alegria, companheiro de partido -, o Deputado Ulysses Guimarães, promulgou a Constituição cidadã. Naquela oportunidade, Deputado Paulo Piau e demais Srs. Deputados, muitos de nós - eu, como Vereador - já preconizavam que aquela Constituição, infelizmente, nascia com uma série de equívocos. Mas, naquele momento, aquela era a Constituição que podia ser feita, era a Constituição que ali estava representada pelos ilustres congressistas, eleitos quase que exclusivamente para elaborá-la.

Sabíamos, como sabemos hoje, da necessidade imperiosa de se fazer a reforma. E aí, Deputado Paulo Piau, sou obrigado a fazer uma crítica veemente ao Governo Fernando Henrique: por que o Governo Fernando Henrique, em seu primeiro mandato, não fez as reformas que o Brasil precisava? Não adianta jogar e imputar ao Congresso Nacional a grande parcela de culpa.

Sabemos - e é por isso que, hoje, estamos discutindo o pacto federativo - que, pela forma federativa, o Presidente da República tem sobre o Congresso Nacional uma grande influência. Portanto, o Sr. Presidente da República seria o grande líder para fazer essa reforma. E por que o Presidente da República não liderou e não a fez? Por um motivo muito simples: porque ele estava preocupado com a sua reeleição. Era só isso que estava em sua cabeça. Agora, o povo brasileiro, pelo que estamos sabendo das pesquisas feitas - creio mesmo que o Presidente Fernando Henrique já deve ter chegado à mesma conclusão -, acha que foi um grande equívoco a sua reeleição.

Nunca fui favorável à reeleição. Aproveitei a oportunidade para dizer que, por isso, não sou favorável à reeleição do Prefeito Célio de Castro. Mas é dessa forma que o Presidente da República agiu. Agiu num projeto pessoal, pensando apenas na sua reeleição, e não promoveu as mudanças que o Brasil precisa. É por isso que precisamos de que essa mudança tributária ocorra com urgência.

É nesse sentido que, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, estou fazendo um apelo aos companheiros - tenho a certeza de que estarão conosco o Deputado Paulo Piau e tantos outros - para pressionar o Congresso Nacional e exigir, em nome do povo desta Nação, essas mudanças que são de fundamental importância para Minas e para o Brasil.

Muito obrigado, Srs. Deputados, pela paciência.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos assistimos - e poderia dizer, sem exagero, até de forma traumática -, nos últimos quatro anos, à discussão sobre a efetivação, sem concurso público, de titulares de cartórios em Minas Gerais. Assistimos a tudo isso tendo clara a exigência da Constituição Federal, que cassou o caráter vitalício, hereditário dos cartórios, exigindo o concurso público para o seu preenchimento. Chegamos ao absurdo, na legislatura passada, de termos a medida vetada pelo Governador por duas vezes, sendo o veto mantido nesta Casa por duas vezes. Quando da tramitação do primeiro veto, de forma vergonhosa, assistimos à repetição do processo de votação por cinco vezes e, em todas elas, sendo derrotado o "trem da alegria" dos cartórios. Sob a Presidência do Sr. Deputado Romeu Queiroz, que tinha e tem interesse pessoal e familiar na questão, a votação foi repetida, à revelia do Regimento Interno, cujo cumprimento, hoje, é muito exigido, mas, infelizmente, na época, não tínhamos o mesmo ardor regimental. Nossa compreensão era a de que estaria sepultado, no Poder Legislativo mineiro, o "trem da alegria" dos cartórios. Voltaríamos à exigência constitucional de que todos são iguais perante a lei e de que os cidadãos deste Estado iriam concorrer, em igualdade de condições, às 1.400 serventias vagas ou preenchidas indevidamente no Estado de Minas Gerais. Com a última votação, ocorrida há um mês, esperávamos que essa questão não voltasse a tramitar nesta Casa. Mais do que isso, esperávamos que o Tribunal de Justiça fosse ágil na convocação do concurso, dado que o Tribunal é conivente porque não abriu o concurso público. Dizia, anteriormente, nesses quatro anos, que precisaria ver superada a polêmica do Poder Legislativo. Há um mês a polêmica foi superada, e o Tribunal de Justiça não agiu como estávamos esperando. A sociedade de Minas Gerais espera que o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça abra edital, imediatamente, para concurso público redundando no preenchimento de cargos nos 1.400 cartórios existentes no Estado, que se encontram ocupados indevidamente.

O Projeto de Lei nº 89/1999, de autoria do Deputado Miguel Martini, foi apresentado nesta Casa. É um projeto que autoriza o Executivo a celebrar convênios entre o Estado e os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para prestação de serviço de interesse público. Na realidade, o convênio do DETRAN com o Cartório de Registro Civil asseguraria a possibilidade de autenticação de documentos de transferência de veículos. A taxa, de acordo com o Substitutivo nº 1, a ser repassada aos cartórios, é de 30%, remuneração máxima prevista nos convênios. Mas, com relação a esse projeto, a Bancada do PT tem uma posição contrária, porque entende que a fiscalização sobre esses instrumentos ou convênios é quase zero. Se o discurso é feito para eliminar a corrupção, não há garantia de que o convênio com os cartórios nos permita eliminar o problema.

A outra questão se refere à corrupção existente no DETRAN, objeto de CPI nesta Casa, sendo o seu requerimento de nossa autoria, que não aponta para a solução do problema da corrupção através da terceirização proposta. Ao contrário, a terceirização aponta para o seu agravamento.

As discussões das CPIs mostram a necessidade de termos uma autarquia desvinculada para tratar da questão do DETRAN, que tenha vínculo com a própria Polícia, que realmente seja independente da Secretaria de Transportes ou da própria Secretaria de Administração.

Outra questão do Projeto de Lei nº 89/99 é que a taxa remuneratória de 30%, a ser repassada ao cartório, é elevada. Ademais, não diz o substitutivo sobre o que incide essa taxa, se é sobre o valor recolhido pelo DETRAN ou sobre o valor do carro, permitindo uma ambigüidade muito grande. Não satisfeitos, tivemos ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, um novo substitutivo, que, além de manter um convênio, do qual discordamos, altera as regras para concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei nº 12.919, de 30/6/98. Essa alteração bastante significativa visa a privilegiar os titulares de cartórios e escreventes designados ou nomeados entre 94 e 98, flexibilizando as normas para os concursos.

Quero dizer que esse substitutivo é mais vergonhoso e imoral do que as duas propostas que apreciamos anteriormente, que já davam de vez, sem nenhum discurso moralizador, o direito de permanecer no cargo, naquele determinado cartório, e parava por aí. Esse substitutivo cria uma figura jurídica absurda. Em primeiro lugar, atribui à prova prática, que abordará a atividade específica da serventia, o peso de 70%, restando à prova teórica 30% dos pontos distribuídos. Será que a prova prática será verificar se o escrevente sabe bater o carimbo ou mostrar onde colar o selo cartorial? É um absurdo que tenhamos um peso tão grande, de 70%, numa prova. É aquela história: transformar o "trem da alegria" no "metrô da alegria". Um discurso moderno, moralizador, mas continuamos tendo o "metrô da alegria", com um discurso de que está resolvendo situações de injustiça.

Em segundo lugar, a experiência do candidato como titular, por um período de cinco anos, continuados ou não, vale 20% para o titular e 10% para o escrevente. Essa pontuação, ao não haver a exigência do tempo continuado ou não, é vergonhosa, pois qualquer um que ocupou ou ocupa, que tem tempo alternado e nomeações feitas por critérios políticos, pode ter o tempo de serviço contado. Além do mais, temos outro ponto: o concurso de remoção, ao qual concorrem apenas os que se submeterem ao concurso público de ingresso na atividade. As leis federal e estadual dizem isso, mas agora é estendido a todos, concursados ou não. Isso significa que um escrevente lá de Imbiruçu, a 55km de Mutum, pode vir e se apresentar, contando 50% dos pontos, num cartório de registros de notas lucrativo em Belo Horizonte. Isso porque a determinação da remoção, que é clara só nos concursados, no novo substitutivo é aberta para qualquer um, mesmo os que ocupem esse cargo a título precário. Isso é vergonhoso. Daí eu ter dito que é pior do que o "trem da alegria". Talvez alguns Deputados fiquem com saudade e queiram voltar à antiga locomotiva, e não ao "metrô da alegria".

Outro ponto: o primeiro concurso, que pela lei em vigor seria centralizado na Capital, o que permite maior fiscalização e controle, permite que a opinião pública esteja atenta até às questões das provas, permite que um que esteja concorrendo para o cargo possa fiscalizar o outro. Agora, pela proposta do substitutivo, se realizaria em todas as comarcas ao mesmo tempo. Então, haveria cerca de 300 concursos no interior do Estado, onde a fiscalização seria difícil, assim como o traslado e a guarda dessas provas. Teria de se manter toda uma operação quase de guerra, para que em cada local só existissem olhares da justiça local ou dos próprios concorrentes nesse local.

Nesse sentido, vejo que é um absurdo essa descentralização da prova, com discurso de que Minas Gerais é grande, que Minas Gerais tem tamanho territorial significativo. Isso seria realmente o fim da fiscalização.

E o outro absurdo do projeto: pasmem, senhores e senhoras, o substitutivo prevê indenização por investimentos e gastos aos que estiverem à frente dos cartórios e não forem aprovados no concurso. Mesmo tendo 70% dos pontos garantidos pela entrada da cozinha, mesmo tendo 70% garantidos, numa concorrência que não garante a igualdade a todos. Caso, mesmo assim, o titular seja reprovado, ele pode cobrar do Estado indenização por investimentos e gastos que tenha feito nos cartórios.

Daí eu disse que muitos Deputados aqui vão ficar com saudades do projeto anterior, que simplesmente efetivava e ponto final. Não entrava no mérito da prova, descentralizava; não entrava no mérito de o não concursado não poder concorrer em outro cartório; não entrava no mérito da indenização, era mais barato para o Estado, por mais imoral que fosse. Agora há um projeto que pretende realmente garantir todo esse processo vergonhoso.

Acredito que, pela violência desse projeto, pelo seu absurdo, pela imoralidade que traz, não vai nem ser aprovado aqui, em Plenário, para não termos de passar pelo constrangimento de apreciar pela terceira vez um veto do Governador do Estado.

Aí o Deputado João Leite se lembra, e muito bem, de que cansamos aqui de repetir votações. Faço um apelo aos autores dessa matéria, que são Deputados sérios e que respeitamos, que hoje ainda venham ao protocolo desta Casa e retirem suas propostas. Porque, senão, a sociedade vai nos cobrar de forma severa essa questão.

Acho que retirando essas propostas fica sepultada essa idéia de termos aí o "metrô da alegria" dos cartórios de Minas Gerais.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Só para resumir, ilustre Deputado, quero dizer, em primeiro lugar, que havíamos discutido longamente com o Deputado Mário Lopes, nosso Secretário de Segurança, a respeito dessa questão do DETRAN, porque faço parte da CPI da Carteira de Habilitação.

No nosso juízo prévio, e no de todos os Deputados, "onde há fumaça há fogo", acreditamos que, efetivamente, corrupções existem. Em função do funcionamento do DETRAN, temos tido uma defesa muito intransigente de alguns, no sentido de que essas corrupções existentes não estariam no âmago do debate. Essas questões estão sendo discutidas. Fui designado pela Comissão e, juntamente com o Deputado José Ivo, devemos visitar e analisar a questão do DETRAN do Rio Grande do Sul.

Apenas quero dizer o seguinte: em relação à matéria aprovada ontem na Comissão de Fiscalização Financeira, da qual sou Presidente, quero dizer a V. Exa. que não há nenhuma responsabilidade de alguns de nós, e aí falo por mim, por votar esse projeto em Plenário. Perfeito? O que havia era uma discussão a respeito de algumas propostas de terceirização, etc., etc.

É evidente que alguns aspectos alcançando outras questões, por mim, por exemplo, sequer foi analisado. Quero dizer a V. Exa. que a minha atenção em Plenário é absolutamente outra.

Parabéns a V. Exa. pela sua preocupação e pela sua distinção.

O Deputado Durval Ângelo - Acredito que vamos ter boas sugestões da CPI do DETRAN, que vai nortear a nossa discussão nesse processo todo. Então, reitero minha posição: não à "locomotiva da alegria" e não ao "metrô da alegria".

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nesta sessão do Plenário da Assembléia, telespectador, gostaria, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, de responder às acusações feitas na imprensa e desta tribuna pelo Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado disse que a Comissão não seria o foro adequado para tratar de questões relativas à polícia. Ele fala justamente sobre as denúncias e os requerimentos que levou à Comissão de Direitos Humanos, relacionados com a utilização de policiais militares em serviço na casa de um Comandante e com a morte de alguns policiais militares em São José da Lapa.

Eu e os outros Deputados da Comissão de Direitos Humanos, assim que fui escolhido Presidente, assim que o Deputado Glycon Terra Pinto foi escolhido Vice-Presidente, assim que todos os membros tinham sido indicados pelos seus partidos, tivemos oportunidade de fazer uma reunião preparatória, a fim de elaborarmos uma agenda de trabalho para a nossa Comissão. Havia já alguns assuntos importantes para tratarmos, que tinham sido discutidos no Seminário Legislativo Direitos Humanos e Cidadania, da Assembléia Legislativa. Procuramos, então, orientar-nos por aqueles assuntos.

Gostaria de informar que a Comissão de Direitos Humanos já fez, neste ano, 15 reuniões, sendo algumas fora da Assembléia, e mais algumas visitas. Procuramos nos orientar por essas grandes demandas das entidades e da própria sociedade de Minas Gerais. Além dessas grandes demandas que chegam à Comissão de Direitos Humanos, temos ainda um grande número de denúncias relacionadas à violência policial e outras, que chegam diariamente. Nós, os Deputados da Comissão, resolvemos que ficaríamos agendadas essas reuniões e que, com relação às demandas individuais, que tratam de violência policial, convidaríamos o Comandante-Geral da Polícia Militar. Antes disso, iríamos enviar requerimentos solicitando informações sobre essas denúncias ao comando da Polícia Militar. A mesma coisa seria feita com relação ao Secretário da Segurança Pública. Se fôssemos atender a cada uma das denúncias, tanto o Secretário quanto o Comandante-Geral da Polícia Militar estariam toda semana aqui, na Assembléia Legislativa. Era essa a pretensão dos membros da Comissão de Direitos Humanos. Convidaríamos então o Comandante e o Secretário da Segurança Pública para discutir conosco essas questões.

Estão quase nessa direção os requerimentos apresentados pelo Deputado Sargento Rodrigues à Comissão de Direitos Humanos. Sobre essa nossa agenda, fizemos já algumas audiências. Tratamos, por exemplo, de algo importante trazido pela sociedade de Minas Gerais, que foi a questão da violência no trânsito. Trouxemos aqui as autoridades e discutimos esse assunto.

Marcamos, justamente para o Dia do Índio, a discussão sobre a questão indígena. A questão maxacali é muito importante, especialmente para a Comissão de Direitos Humanos, para o Estado como um todo, para a sociedade e para as entidades.

Para a alegria de todos nós, está sendo resolvida essa questão, que é a última, com relação à demarcação das terras indígenas em nosso Estado. Tratamos, também, da questão da reforma agrária em uma grande audiência pública. Com relação ao meio ambiente, que foi um pedido do Deputado Marcelo Gonçalves, fizemos uma reunião conjunta, para apreciarmos um projeto de minha autoria, que trata do transporte e do manuseio da guarda de lixo tóxico no Estado de Minas Gerais. Estivemos em São Gonçalo do Pará, para apurar uma denúncia trazida à Comissão de Direitos Humanos. Lá, houve duas mortes, por leucemia, causada pelo lixo tóxico colocado naquela cidade. Tratamos, também, da questão da violência na Vale do Rio Doce. Estivemos em Itabira. Tratamos da questão da luta antimanicomial, ou seja, do portador de sofrimento mental, e visitamos alguns hospitais. Tratamos do conflito de Betim. E tratamos, também, em reunião conjunta com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, da violência nas escolas.

Lamento que o Deputado Rodrigues não esteja presente, mas gostaria de dizer que não foi falta de vontade da Comissão de Direitos Humanos. Os trabalhos estão sendo realizados, mas havia uma agenda determinada pela Comissão. Nos próximos encontros, estaríamos apreciando o requerimento. Estão aguardando, na pauta da Comissão de Direitos Humanos, não apenas os pedidos do Deputado Sargento Rodrigues, que são, na verdade, quatro, com o requerimento que foi apresentado à Comissão hoje, mas também o requerimento do Deputado Durval Ângelo e o requerimento do Deputado Márcio Cunha, sobre violência, que precisamos, nessa grande reunião que pretendemos fazer com o Secretário de Segurança Pública e com o Comandante-Geral da Polícia Militar, apreciar. Por isso, gostaria de dizer que isso não procede. A Comissão está, rigorosamente, sendo direcionada por um entendimento de todos os Deputados da Comissão, e apreciaremos os requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues, no momento oportuno, de acordo com a agenda proposta pelos Deputados.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte)\* - Caro colega, Deputado João Leite, é lamentável que o Deputado Sargento Rodrigues tenha se manifestado nessa tribuna e em rádios sobre essa questão. Sou testemunha, pois faço parte dessa Comissão, do seu empenho com relação ao trabalho sério que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Direitos Humanos. Hoje, estamos vendo, nas manchetes dos jornais, notícias da retirada total do lixo tóxico de São Gonçalo do Pará, onde, como V. Exa. mencionou, ocorreu a morte de dois cidadãos. Parabéns V. Exa., mais uma vez, por esse trabalho. Pena que o Deputado Sargento Rodrigues não compreendeu a agenda da Comissão de Direitos Humanos e a demanda dos requerimentos. Pena que não entendeu que todos os seus requerimentos seriam, na ordem oportuna, junto com os requerimentos do Deputado Durval Ângelo e do Deputado Márcio Cunha, apreciados, em uma audiência ampla, com o compromisso dessa Comissão. V. Exa. está de parabéns pelo comando dessa Comissão.

O Deputado João Leite - Agradeço ao Deputado Marcelo Gonçalves, porque reforça a verdade das nossas palavras. Houve um acordo entre todos os Deputados, pois, sobre a Comissão de Direitos Humanos, há uma demanda muito grande. Assim, procuramos listar e tratar essas questões, que já eram demandas específicas da sociedade de Minas Gerais, sem descuidarmos dos requerimentos levados pelos Srs. Deputados.

Não descuidaremos dos requerimentos levados pelos Deputados, pois temos por eles o maior carinho. É responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos apreciar todos eles e o faremos. Lamentavelmente, não tenho mais tempo. Amanhã, comentarei o parecer distribuído pela Deputada Elaiane Matozinhos, relatora, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13/99, que trata da autonomia da perícia oficial, que é algo já consagrado no Programa Nacional de Direitos Humanos. Além disso, esse assunto foi discutido pelas 200 entidades que participaram nesta Assembléia Legislativa do Seminário de Direitos Humanos e Cidadania. Teremos oportunidade de discutir essa questão posteriormente e, inclusive, estamos embasados com pareceres de juristas e do Senado da República. Adiantamos que somos totalmente contra o parecer distribuído e lutaremos para que seja derrubado. Minas Gerais tem oportunidade de avançar na questão de segurança pública, já que as legislações sobre o assunto estão defasadas. E a Assembléia Legislativa tem que ter o compromisso de propor uma nova segurança pública para o Estado de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna, nesta tarde, para refletir em conjunto com meus pares e para anunciar à

sociedade de Minas Gerais, de maneira geral, que apresentei um projeto de lei que objetiva a responsabilização do agente público incumbido de atribuir multas de trânsito aos cidadãos. Vejam que essa questão tem dominado as atenções pelo Brasil afora, pois acabou-se criando, neste País, uma categoria de servidor público que não se responsabiliza nem é obrigada a responder pelos muitos erros que vem cometendo, de maneira repetitiva, causando enorme prejuízo à população brasileira.

Em Minas Gerais ainda não votamos, não apreciamos nenhum projeto de anistia, e esta Casa não chegou a receber, por iniciativa de nenhum colega, projetos com esse objetivo, como ocorreu no Rio de Janeiro, no Paraná, no Distrito Federal e, tenho certeza, em vários outros Estados da Federação, nos quais os parlamentares estão apresentando e efetivamente aprovando iniciativas cujo objetivo é precisamente anistiar as muitas multas de trânsito aplicadas, por este País afora, por servidores militares ligados ao Batalhão de Trânsito e à Polícia Militar e servidores civis ligados às Prefeituras, uma vez que, com o advento do Código de Trânsito Brasileiro, aprovado no ano passado, atribuiu-se também a elas o direito de lavar multas.

Fico perplexo diante dessa situação, e essa perplexidade não é nova. Dando um passo atrás, recuando ao tempo da formulação desse Código, recordo-me de que, quando ele foi sancionado pelo Presidente da República, sugeri a S. Exa., por meio de documento aprovado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que editasse uma medida provisória, anulando, neutralizando ou retirando do Código de Trânsito Brasileiro a exigência nele contida da utilização do "kit" de primeiros socorros. E a experiência mostrou que, de fato, eu estava com a razão, pois ele não serviu para coisa alguma, a não ser para tomar dinheiro da população brasileira e para enriquecer, ainda mais, a indústria farmacêutica.

Naquela oportunidade, sugeri ainda ao Presidente da República que, por meio de medida provisória, reduzisse o valor das multas, que foi excessivamente elevado.

Também sugeri a S. Exa. o Presidente da República que retirasse do Código, por meio de medida provisória, a multa ao pedestre. A meu juízo, os Deputados Federais brasileiros votaram um código que não se ajusta à realidade de nosso País, nele inserindo a multa para o pedestre, o que é um absurdo. Recordo-me de que, na oportunidade, assinei um artigo - à época, veiculado em quase todos os jornais - no qual perguntava como seria o emplacamento de pedestres - se com uma placa no peito e outra nas costas, ou se feito da maneira como se tange o gado nas fazendas; o pedestre também teria sua carteira de pedestre? Seria submetido a exame de pedestre para caminhar pelas ruas? O Código determina que o pedestre deve atravessar na faixa; será que aquele que fosse atropelado fora da faixa receberia a visita de um guarda ou, no caso de Belo Horizonte, de um agente da BHTrans, no hospital, para multá-lo? De fato, a ele não restaria nenhuma defesa, pois, se foi atropelado no leito da rua, seria, então, réu confesso e teria de pagar a penalidade e de perder os respectivos pontos.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte) - Deputado João Paulo, o Código de Trânsito Brasileiro veio para penalizar o cidadão comum. Entre os fatos mais graves que acontecem em nosso País, está incluída a edição do Código de Trânsito Brasileiro. E vou explicar o porquê. Quem foi o relator do Código de Trânsito Brasileiro? O Senador Francelino Pereira, que tem como suporte financeiro de sua campanha o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. No Código de Trânsito Brasileiro está embutida a proibição de transporte de passageiros por veículos não autorizados, e vemos aí a polícia, o tempo todo, multando "vans", subjugando cidadãos honrados que buscam, no seu dia-a-dia, o ganha-pão. Emplaca-se um veículo que pode transportar passageiros, e a nossa polícia de trânsito, o tempo todo, fica encostando os carros. Hoje, vemos os "perueiros" parados por todos os cantos. Até o transporte escolar, que não é transporte público, que é transporte contratado parte a parte - e a Constituição brasileira permite o contrato particular entre pessoas -, é proibido hoje neste País.

Em Belo Horizonte, o achaque chega ao ponto de haver concorrência para transporte escolar. É uma aberração o que se vê, hoje, além do Código Nacional feito por um assessor do transporte de passageiros do nosso País, porque ele não é um Senador da República, é um assessor do transporte do nosso País.

Dentro de Belo Horizonte temos o Sr. Carlão, também, a serviço do transporte, da mesma forma. Recentemente, ele deu um aumento de 6% no valor das tarifas e reduziu 12% nos horários de todos os transportes da população belo-horizontina. Quando chamamos um cidadão desses de desonrado, de bandido, é muito pouco perante o prejuízo que ele traz para a população. Rouba mais do cidadão honrado - que busca no dia-a-dia o seu ganha-pão dentro de um veículo - do que esses que assaltam, até com latrocínio. Dentro de todas as penitenciárias de Minas Gerais, juntando toda essa gente, devem ter roubado menos do que esse cidadão Carlão, a serviço do pessoal do transporte coletivo.

Colocam-se placas de redução de velocidade numa avenida como a Leste-Oeste - a Via Expressa -, pista daquela envergadura, para se andar a 60km por hora. Em qualquer lugar do mundo, anda-se a 55 milhas, equivalentes a 90Km, numa pista daquelas.

Deputado João Paulo, é uma tristeza muito grande o que vemos. Belo Horizonte, hoje, é administrada por um Prefeito da incompetência do Sr. Célio de Castro, e, além de incompetente, poderíamos lhe dar outros adjetivos, mas o pior deles é que ele é uma ilha cercada de bandidos por todos os lados, achacando a nossa população. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo - Deputado Irani Barbosa, as graves acusações e denúncias que V. Exa. faz ao microfone desta Casa dão ainda maior força para que esse projeto seja, de fato, aprovado nesta Casa, e passe a vigorar, a fim de que a nossa sociedade não se sinta desguarnecida como está se sentindo, porque, além de criar uma categoria que não responde pelos seus erros, essa categoria - como tem sido vista até pelo Judiciário - é a única sentença da qual não se pode recorrer, em determinadas circunstâncias. Enquanto estamos aqui fazendo este pronunciamento, os nossos carros estão no estacionamento, ou da Assembléia ou das nossas residências, mas podem estar sendo multados, e essa multa não há quem tire.

Não há quem possa se defender. Chega o guarda e diz que o carro é o de placa tal, e pode estar sendo multado no Belvedere ou em alguma cidade do interior. Não há defesa possível porque a favor do guarda de trânsito, do agente que lava a multa, milita a presunção de legalidade, a presunção de legitimidade do ato administrativo, contra a qual não se pode erguer nenhuma palavra, porque, se erguida, não prevalecerá.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado João Paulo, queria, rapidamente, fazer uma menção à belíssima reunião que fizemos na Comissão que V. Exa., brilhantemente, preside, sobre a questão das multas. Ouvimos, naquele momento, a Dra. Andrea Bravo, Delegada Chefe da JARI, que disse que a grande maioria dos recursos do ano passado não tinham sido julgados. É lamentável vermos isso.

Até entendo a posição do nosso companheiro, nobre Deputado Irani Barbosa, quando fala da BHTrans. Por várias vezes recorremos à BHTrans, enquanto Vereadora, e não víamos nossos pleitos atendidos. Vemos, a cada momento, essas pessoas sem nenhum compromisso, com muito pouca responsabilidade, multando os carros. Colaborando com sua fala, queria dizer que o carro do meu marido foi multado em Recife quando estava em Belo Horizonte, carro este que levava meu filho para a escola. Isso precisa realmente de uma mudança. É preciso que se responsabilizem os agentes que estão aí com tanta irresponsabilidade, causando-nos tantos prejuízos. Quero dizer que não é só prejuízo financeiro, mas também o tempo que perdemos correndo atrás de recursos, tempo que é precioso para cada um de nós.

Quero parabenizar V. Exa. dizendo que, brilhantemente, sua posição nesta Casa não é diferente da posição na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Parabéns por toda a sua vida parlamentar. Queria dizer também que estamos aqui para, com V. Exa., caminharmos na busca da aprovação desse projeto de lei, buscando responsabilizar também as pessoas que estão aí cometendo esse tipo de ato, que, no meu entendimento, é um abuso e uma infração. Nosso tempo é precioso, isso nos desgasta. Às vezes desgasta até nossa saúde. Quando chegamos ao DETRAN, vemos o volume de pessoas e de papéis que existem lá, com poucos recursos humanos, à mercê de pessoas absolutamente irresponsáveis.

Queria deixar aqui clara a sua posição enquanto Presidente da Comissão, no chamamento das pessoas responsáveis por todos esses atos que estão ocorrendo em Belo Horizonte. Isso foi amplamente discutido, o que, sem sombra de dúvida, muito colaborou para a elaboração desse projeto. Muito obrigada, nobre amigo e caro Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo - Eu é que agradeço. Veja bem, nobre Deputada Elaine Matozinhos e caros pares, que o novo Código tratou com uma rigidez muito grande o motorista. A rigidez não é menor com relação ao examinador do DETRAN. Também não é menor com relação às auto-escolas. Apenas uma categoria ficou sem sequer uma menção do Código - a categoria dos fiscais. O Código não fez uma menção sequer. Naquela audiência pública ficou provado que o fiscal dá uma multa, a multa cai na JARI ou na justiça, e ele não fica sabendo que caiu. Ele não recebe a informação de volta de que se equivocou ao lavar a multa e isso faz com que repita os erros inúmeras vezes. Esse projeto que apresentei prevê que, mais do que proibir a repetição, vai responsabilizar. Aquela anotação que iria para o prontuário do motorista volta para o prontuário do fiscal. Ele não vai perder os pontos, ele não vai pagar a multa, mas vai ter uma anotação que servirá para a avaliação de seu desempenho, na sua ficha funcional. Quando de uma eventual promoção, evidentemente essas anotações - presumo que não será apenas uma, serão muitas - irão pesar negativamente. Quando da necessidade de demissão do servidor público, vai se verificar a insuficiência de desempenho nesses casos - e efetivamente essa categoria passará a responder pelos seus atos. Pasmem, senhores! Não respondem! Nem sequer os fiscais ficam sabendo que se equivocaram. Isso está ocorrendo no Brasil. Numa sociedade organizada isso não poderia estar ocorrendo.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Deputado João Paulo, V. Exa. traz nesta tarde ao Plenário um assunto muito importante: as multas de trânsito e como são aplicadas. Acho que V. Exa. se baseia em um princípio de justiça. Aquele que merece ser punido tem que ser punido, mas aquele que pune indevidamente também deve ser punido.

Caro Deputado, gostaria de levantar outra questão nessa mesma linha de raciocínio. O motorista proprietário de veículo que anda correto, cumpre as suas obrigações e não infringe o Código de Trânsito não tem nenhum incentivo para esse comportamento.

Por isso, quero comunicar a V. Exa., à Mesa e aos nobres colegas que apresentamos um projeto de lei que permite que o Estado dê redução no IPVA àquele motorista que não infringiu as leis de trânsito e não sofreu nenhuma pena no ano anterior. Acho que dessa forma estaremos incentivando e premiando quem anda correto - quem se preocupa consigo e com a vida de seu semelhante. Acho muito importante que estejamos atentos a todo consumidor, aquele que é punido indevidamente e também aquele que cumpre as suas obrigações, anda corretamente, incentivando-o.

Já protocolamos esse projeto de lei e solicitamos a V. Exa., como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que nos apoie e que adote esse projeto como se fosse da comissão de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo - Parabéns a V. Exa. Antes de passar a palavra para aparte ao Deputado Pastor George, gostaria de dizer que na audiência pública que realizamos na Comissão de Defesa do Consumidor, da qual participaram a Presidente da JARI, o Comandante do BHTRAN, alguns jornalistas e outras pessoas, não compareceu o Presidente da BHTrans, embora lhe tivesse sido encaminhado ofício a tempo, por duas vezes consecutivas. A assessoria da comissão registrou o telefonema e a informação do Presidente da BHTrans, que não compareceu por razões outras. Pude ver - com certa surpresa - que quando da veiculação da matéria da reunião da audiência pública pelos meios de comunicação, o Presidente da BHTrans dizia que o convite chegou a ele no mesmo horário do início da audiência pública - o que não é verdade.

Com relação à BHTrans, já que muito se fala a seu respeito, quero dizer que, tão logo apresentei à Casa projeto de lei determinando que quem lavrar a multa por ela responda, se ela não prevalecer, a BHTrans cuidou de promover uma campanha nos veículos de comunicação sobre as multas que tem lavrado, ridicularizando e achincalhando com a figura de quem é multado. Como se a pessoa que é multada sempre cometesse a infração. Como se 70% dos recursos apresentados à JARI não estivessem sendo acatados, ou seja, mais da metade.

Por que a BHTrans está investindo na ridicularização da pessoa que está sendo multada? Por que ela não investe na formação do profissional que está colocando nas ruas para multar? Trata-se de uma tentativa - tentativa vã - que não vai atingir o seu objetivo de inibir a formulação de recursos junto à JARI e eventualmente junto à justiça.

O Deputado Pastor George (em aparte)\* - Nobre Deputado, esse projeto tende a amenizar a situação difícil dos motoristas no nosso País. O Deputado falava de incentivo, mas no Brasil não se dá incentivo a trabalhador, mas a grupos de banqueiros incompetentes e inescrupulosos.

É importante o ponto de vista desse projeto. Quantas reclamações tenho recebido em meu gabinete, principalmente de motoristas de táxi, uma classe, hoje, tão penalizada! O sujeito, a duras penas, adquire o veículo - como se não bastassem os tributos pesados que tem que pagar para rodar com ele - e tenta conseguir o seu ganha-pão, para sobreviver. Muitos motoristas de táxi estão vendendo o veículo para pagar as multas absurdas.

Por isso, quero parabenizar a iniciativa desse projeto, que vai fazer justiça, não entrando no mérito, porque sabemos que é importante punir os maus motoristas, mas também é importante lhes dar condição de se defenderem, e punir os agentes que agem de forma errada. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo - Agradeço pelo aparte de V. Exa., nobre Deputado Pastor George.

Complementando, dizia que essa classe de motoristas profissionais está, permanentemente, na mira da fiscalização e correndo um alto risco. O motorista profissional, o de ônibus ou de táxi, que perfaça, pela autuação injusta, sua cota de 20 pontos, vai perder o direito de continuar trabalhando e terá que ser demitido pela empresa de ônibus ou de táxi. Então, olhem a situação que se criou com esse trabalho displicente e incompetente, evado de erros, como o que tem sido feito aqui, no nosso meio, em Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão\* - Sr. Presidente, colegas Deputados, presentes nas galerias, membros da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, não sei como me expressar, se com alegria, por um lado, ou indignação, por outro, diante do desrespeito que o Governador do Estado tem demonstrado para com esta Casa e para com a sociedade mineira. Em que pese a ser o jornal "Estado de Minas" o grande jornal dos mineiros, título esse ratificado pelo meu partido, o PSDB, e pelo PFL, reconhecemos a competência da TECNITUR, da BELOTUR, do SENAC, da BAV, da BRASEL, da METUR, da AMUT e tantas outras entidades, como a própria Assembléia Legislativa, através da minha pessoa, como Presidente da Comissão de Turismo, do Deputado Márcio Cunha e dos nossos colegas, que lutaram pela criação da Comissão Permanente de Turismo nesta Casa. Temos, hoje, o "Estado de Minas", este grande jornal, promovendo um evento chamado Multiminhas. Parabéns ao jornal "Estado de Minas", a todas as entidades co-participantes e também àquelas que estão patrocinando esse evento.

Preste atenção, Sr. Presidente, porque hoje estou encaminhando uma solicitação por intermédio de V. Exa. e gostaria que a Assembléia correspondesse à altura no regime de urgência urgentíssima, com um retorno, pois, nesse evento temos o apoio oficial da Secretaria do Turismo do Estado. Uma secretaria-fantasma, Sr. Presidente, pois ela não existe oficialmente, não houve o respeito ao compromisso político efetuado de implantar essa Secretaria. O tempo já passou, estamos no mês de junho.

Conversei com vários Deputados da bancada governista sobre o porquê da demora. Disseram: "não é de minha competência, porque não sou da base de apoio ao Governador Itamar Franco". Mas, a partir do momento em que se coloca uma logomarca, em que se usa o nome do Estado de Minas Gerais na promoção e apoio a algum evento, a um projeto que não passou por esta Casa, a um projeto que ainda não foi convalidado pela Assembléia Legislativa do Estado e que não existe oficialmente, tenho, como Presidente da Comissão, pela minha luta pelo turismo do Estado e em respeito ao nosso povo, que oficiar ao Presidente o seguinte requerimento: (- Lê:) "Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Deputada que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. seja encaminhado ofício ao Governador do Estado (...)" - espero que ele não saiba dessa ação que está ocorrendo no seu Governo, da utilização oficial de uma logomarca de uma secretaria que ainda não existe - "(...) solicitando informações quanto à existência da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais - SETUR - indicada na propaganda do evento Multiminhas." - um evento da mais alta grandeza, com a iniciativa da sociedade civil organizada do Estado de Minas Gerais - "Requer, ainda, que nos informe se houve algum ato de criação do órgão, por via da Assembléia Legislativa, que é o fórum competente para normatizar e legalizar os caminhos das políticas públicas do nosso Estado, o nome do seu titular e a previsão orçamentária para suas atividades."

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputada Elbe Brandão, quero parabenizá-la pelo cuidado que V. Exa. tem com as questões do turismo em nosso Estado. Esse cuidado se traduz nesse pequeno detalhe que, para muita gente, para a grande maioria dos mineiros, pode ter passado despercebido, mas chamou a atenção da Casa. É uma ação de um órgão de imprensa, e fazemos coro com as suas palavras, gostaria de cumprimentar pelo evento, mas, ao mesmo tempo, é uma Secretaria de Turismo que não existe. Até pensei que existisse e, encontrando com o ex-Deputado Ronaldo Vasconcelos, o chamei de Secretário, mas ele disse que não é Secretário, que está esperando a decisão do Governo do Estado para criar a Secretaria de Turismo. A Secretaria não foi criada não por falta de insistência nossa. Estamos aqui fazendo uma crítica à criação da Secretaria, porque o turismo é de grande importância, é uma fonte de economia espetacular. Queremos que seja criada, mas queremos que seja oficializada.

Temos programas importantes lá na região, o PRODETUR está aí, e não tem um pai. O PRODETUR está precisando de alguém para poder colocá-lo em prática e alguém para ir a Brasília discutir com o Banco do Nordeste, com os órgãos governamentais de Brasília a implantação desse programa. Agora fiquei surpreso com essa logomarca, neste momento de dificuldades que estamos passando. O Estado está aí sem entender o que está havendo. O funcionalismo, hoje, amanheceu de cabelos em pé. Todos estão sem entender o que está havendo, com ameaças, não se pode fazer nenhuma manifestação, que é ameaçado, "incontinenti", de ser mandado embora, colocado no "olho da rua".

E agora se cria uma Secretaria sem o conhecimento desta Casa. Isso é, no mínimo, estranho. Está de parabéns V. Exa. pelo seu requerimento, que tem de ter o respaldo da Mesa Diretora. O Governo do Estado tem de informar a forma como está participando desse evento, porque, se está dando apoio, esse apoio está se traduzindo na oficialidade da presença do Governo nesse evento.

Fica também o nosso apelo para que o Governador do Estado efetivamente atenda às reivindicações da nossa Comissão, na pessoa de V. Exa., e crie o mais rápido possível essa Secretaria do Turismo, porque tenho a certeza absoluta de que vai ser uma Secretaria que vai nascer forte. Vai nascer já com projetos e programas a serem cumpridos. Agora, não pode é não existir, não ter passado pela Casa, não ser do conhecimento de ninguém no Estado, oficialmente, e estar dando apoio oficial a eventos dessa natureza.

Parabéns pelo seu cuidado, como Deputada e como Presidente da Comissão de Turismo desta Casa.

A Deputada Elbe Brandão\* - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta, e antes de conceder a palavra ao nobre companheiro, membro da Comissão de Turismo, Deputado Márcio Cunha, gostaria de lembrar que aqui poderia estar a TURMINAS, que é um órgão oficial, um órgão que de forma tão competente vem buscando os ajustes e a abertura para consolidar o turismo como eixo de desenvolvimento econômico de nosso Estado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputada Elbe Brandão, em primeiro lugar, em nome da Bancada do PTB nesta Casa, gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Em segundo lugar, quero fazer aqui, mais uma vez, e o faço com prazer e consciência, um elogio à sua pessoa, ao seu trabalho, à sua dedicação e, especialmente, à sua compreensão dessa questão do turismo, que depende hoje muito mais de pessoas com vontade política, que conheçam do assunto, que sobre ele possam se debruçar e trabalhar, e, nesse sentido, o perfil de V. Exa. se encaixa perfeitamente.

Quero registrar o meu apreço, meu carinho, meu respeito pela atuação e pelo trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo na Comissão de Turismo.

Em terceiro lugar, gostaria de chamar a atenção para que contabilizássemos um aspecto extremamente importante, que foi a conquista que tivemos, o compromisso, a palavra do atual Governo, da criação da Secretaria.

Veja bem, V. Exa., que está hoje no seu segundo mandato - e venho acompanhando o seu trabalho -, que liderou aqui o primeiro Seminário de Turismo, que foi importantíssimo, porque delineou uma série de ações pelo Estado afora, V. Exa. também luta, como fiz na Câmara Municipal de Belo Horizonte, quando fui Secretário de Cultura em 1996. Quando retornei à Câmara, lutei para desvincular Turismo da Cultura, e isso foi feito com o redimensionamento que fizemos da BELOTUR.

Hoje, a Prefeitura de Belo Horizonte não tem a Secretaria de Turismo, mas a BELOTUR, que, ligada diretamente ao Prefeito, executa e formula as políticas de turismo da cidade. Portanto, Belo Horizonte, de certa forma, está contemplada com um órgão forte e ágil. É assim que precisávamos no Estado. Ou se redimensionava a TURMINAS ou se criava a Secretaria de Turismo. E este Governo teve realmente a disposição e a visão política de se comprometer em criar a Secretaria de Turismo. Acho importante dizer isso.

Agora, o aspecto da fala de V. Exa. está no seu papel e aí até não a vejo como Deputada do PMDB e da Oposição nesta Casa. Vejo V. Exa. como uma pessoa preocupada com a questão do turismo. Por quê? Porque é importante que nasça bem, para se conseguir que a coisa vá andando bem. Portanto, a nossa preocupação é que essa Secretaria nasça forte e como prioridade do Governo. Isso é de fundamental importância. Ajudo a compor a fala de V. Exa. para fazer gestões junto ao Governo do Estado, para que remeta a esta Casa esse projeto.

Quero revelar a V. Exa. que, numa audiência da nossa bancada com o Secretário de Governo Henrique Hargreaves, fiz ver a ele a importância da criação dessa Secretaria, e que o Governo, acima de tudo, tinha dado um passo importante ao admitir e se comprometer a criar essa Secretaria. Quero dizer também que vou estar, nos próximos dias, com o Governador Itamar Franco e vou ser o porta-voz de V. Exa. e da nossa Comissão, para que se agilize a criação dessa Secretaria. Independentemente dessa questão financeira, que, sabemos, é difícil realmente, é importante agilizarmos essa Secretaria, porque ela pode produzir crescimento, porque ela pode transformar o seu trabalho e o seu empenho em recursos para o Estado. É de domínio público que a grande saída, não só para Minas, mas para todo o Brasil, é o investimento no setor do turismo. Portanto, uma Secretaria de Turismo não seria só para gastar, como pensam algumas pessoas do Planejamento e da Fazenda, mas ela iria produzir recursos. V. Exa. sabe disso, nós sabemos disso. Essa Secretaria tem de vingar, sim.

Estou ao lado de V. Exa. nisso. Acredito que a dificuldade inicial que o Governo está tendo, já que realmente herdou um caos administrativo completo, sem recursos, será premente. O Governo não vai se afastar do compromisso público que fez com V. Exa., comigo e com tantos outros que atuam na área de turismo de criar essa Secretaria. Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento. Pode ter a certeza de que estaremos juntos, para que o Governo efetive a criação dessa Secretaria. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão\* - Agradeço ao Deputado Márcio Cunha. Respeito, admiro e acompanho o trabalho de V. Exa., que é compromissado com a necessidade da introdução do turismo como prioridade de política pública em nosso Estado. Mas, Deputado, isso não é permitido nem à Assembléia nem aos mineiros.

Fui porta-voz de um sentimento pelo qual estou lutando. Tenho o apoio dos meus colegas Deputados quanto à importância e a necessidade da criação da Secretaria de Turismo. Queremos ver efetivado um compromisso político do Governador, mas queremos também ver respeitados esta Casa, o dinheiro público e a ação de tantas entidades e de um jornal como o "Estado de Minas", que deve ser levado a sério.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero, primeiramente, elogiar a lucidez de V. Exa., que é sempre atenta e oportuna, de modo especial nessa área que lhe é muito cara, a área do turismo. V. Exa. tem, com muita competência, trazido sempre esse assunto a debate nesta Casa, buscando alternativas para Minas Gerais.

Em segundo lugar, quero também elogiar o Governador Itamar Franco por sua agilidade e competência. Costumamos dizer: vamos com o milho, e ele já está vindo com o fubá. Quer dizer, ele conseguiu ter a logomarca de uma Secretaria que não existe mas que patrocina eventos, sem que esta Casa, pelo menos, soubesse. É uma agilidade, realmente, de espantar. Assusta-nos a rapidez com que ele age.

Ele não criou a Secretaria ainda. Deixou um Secretário, coitado, Deputado Ronaldo Vasconcellos - coitado no sentido de pesar com ele -, esperando, esperando, esperando. Ele desistiu, se cansou e foi para outro lugar. Mas quero dizer o seguinte.

O Governador Itamar Franco, pelo menos, está com a direção acertada na questão do turismo. Se houve esses atropelos - espero que tenham sido apenas atropelos -, ele irá corrigi-los. Uma das saídas que temos para Minas Gerais, já que precisamos tanto arrecadar, além dos projetos do selo e do DETRAN, que, certamente, arrecadarão mais, mas, com relação à questão de geração de emprego e de aquecimento da economia, é realmente a questão do turismo. Apenas lamentamos que esteja demorando tanto para que isso seja formalizado. Já ouvi muitos pronunciamentos do Governador em que ele diz que o turismo é uma prioridade para Minas Gerais. Acredito que estamos em um momento extremamente privilegiado para isso. As nossas riquezas naturais são inumeráveis. Temos o Norte de Minas, o São Francisco, o Circuito das Águas, as grutas, o turismo histórico, enfim, temos tantas riquezas que os outros países gostariam de ter pelo menos 20% delas, para explorar, e não têm. Sabemos que o turismo imediatamente gera empregos, em curto prazo, e que a prestação de serviços é ecológica e não polui. Sabemos que estamos no momento propício, em razão da flexibilização do câmbio, que está a 1,73, pois, com o real supervalorizado, não havia estímulo, mas agora há. Desde fevereiro, como já disse nesta Casa e comuniquei a órgãos do Governo, há um grupo de empresários interessados em investir agora. Disse que o nosso Governador estava tão interessado que está querendo, pela primeira vez, fazendo justiça, criar uma Secretaria de Turismo. Ela ainda não saiu, mas estamos esperando para conversar sobre isso. Recebi, esta semana, um outro grupo de espanhóis interessados. Eles recebem 70 milhões de turistas ao ano, e o Brasil todo recebe 3 milhões, se considerarmos o turismo comercial. Elogio V. Exa. ao fazer o reparo dessa falha cometida pelo Governo. Gostaria de dizer que deveríamos, principalmente a base governista que está aqui, solicitar ao Governo que crie, imediatamente, talvez até antes da reforma administrativa, essa Secretaria, e que seja valorizada e que lhe seja dado o apoio que merece, porque é uma alternativa às questões do desemprego, da receita e da economia de Minas Gerais. Potencial não nos falta. Falta apenas uma política. Nos governos anteriores, inclusive no que apoiei, houve falha nesse sentido, mas agora podemos corrigi-la. Temos um Ministro que, pelo menos, é falante e parece que está fazendo um trabalho em nível nacional que pode ajudar nesse sentido. Gostaria de deixar registrado o fato de que vivo uma angústia de ainda não termos, em Minas Gerais, uma Secretaria de Turismo. Gostaria de lamentar que, ainda não existindo essa Secretaria, tenha sido cometida uma gafê tão grave como essa para a qual V. Exa. está chamando a atenção.

A Deputada Elbe Brandão\* - Aí estão os Deputados Miguel Martini e Mauro Lobo, como companheiros, discutindo a LDO, mas não entendo, mesmo sabendo que a Secretaria de Turismo tem aceitação quase unânime desta Casa e que os caminhos de Minas trilham pelos caminhos do turismo, que possamos estar diante de situações de total desrespeito, como

essa.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de deixar bem claro, Sr. Presidente, que a Deputada veio fazer aqui uma denúncia e mostrar uma grande indignação contra o Sr. Governador e este Poder Legislativo quando, na verdade, deveria ter vindo elogiar a postura do Sr. Governador, que quer fazer algo que o Governador passado não fez, ou seja, criar uma Secretaria de Turismo. Ela deveria ter feito uma denúncia contra o Sr. Eduardo Azeredo, que, à revelia de tudo, não criou essa Secretaria. Se alguma logomarca está sendo usada por algum assessor ou mesmo pelo futuro ex-Secretário, que hoje está na Bancada do Governo, em nível federal, do PFL, ela deveria estar fazendo um protesto contra o Sr. Eduardo Azeredo, que não desenvolveu nenhuma política de saúde. Mas quanto a uma questão formal, a um uso indevido feito, provavelmente, pelo futuro ex-Secretário, não consideramos essa denúncia lógica, Sr. Presidente. Gostaríamos que essas questões fossem registradas e que a Deputada fizesse outro pronunciamento, realmente protestando e fazendo uma comparação entre os dois Governos, demonstrando, assim, quem realmente está interessado na política de turismo.

A Deputada Elbe Brandão\* - Gostaria, quando citada pelo Deputado Durval Ângelo, de dizer-lhe que nunca lhe pedi qualquer conselho para saber quais caminhos trilhar ou não. Minha trajetória nesta Casa, como suplente no primeiro mandato e como Deputada consolidada pelo voto popular democrático, com 46 mil votos, exige que V. Exa., ao falar de minha pessoa, discorra sobre seus objetivos, deixando suas agressões de lado. Mas estou me dirigindo ao povo de Minas Gerais e à Assembléia Legislativa do Estado e exigindo, pois esse é o nosso papel, que nos seja explicado o porquê de se utilizar uma logomarca que sugere a existência de uma secretaria-fantasma. Portanto, diria ao senhor, com toda educação e respeito, que espero também receber, considerando-se a sua trajetória, que não estou pedindo qualquer conselho sobre o que devo ou não fazer. Quero pedir ao Presidente desta Casa que encaminhe o meu requerimento e dê um retorno a esta Casa e ao povo de Minas Gerais.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de apoiar totalmente o pronunciamento da Deputada Elbe Brandão, que levanta uma questão séria, já tratada por nós na Assembléia Legislativa: o problema da autonomia do Poder Legislativo. Estamos acompanhando, segundo os dados da Deputada, o fato de o Estado de Minas Gerais estar utilizando a logomarca de uma secretaria que, para ser criada, precisa da autorização do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, que não é um departamento nem uma secretaria do Poder Executivo.

Portanto, gostaria de apoiar e elogiar essa questão trazida pela nobre Deputada Elbe Brandão, pois trata-se de algo que já vínhamos acompanhando. O Governador não respeita o Poder Legislativo de Minas Gerais, usa este Poder da maneira como quer, inclusive apresentando substitutivos a proposta de emenda à Constituição.

Assim, trago meu apoio à denúncia feita pela Deputada, que, de acordo com suas palavras, já ouviu o pronunciamento do Secretário Adjunto da Secretaria de Turismo, sem a apreciação da Assembléia Legislativa, de que precisamos reagir, não podemos continuar sendo usados desta maneira pelo Poder Executivo. Trata-se também de um governo, pois temos um Chefe do Poder Legislativo. Estamos apoiando o requerimento feito pela nobre Deputada Elbe Brandão, pois o Poder Legislativo não pode se curvar, da maneira como vem se curvando, ao Poder Executivo. Não podemos viver e conviver com as intromissões constantes do Poder Executivo no Poder Legislativo. Usar a propaganda de uma secretaria que ainda nem foi criada, que não passou pela apreciação do Poder Legislativo, é demais, é ferir de morte a autonomia deste Poder, é desconsiderar totalmente a sua presença no Estado de Minas Gerais. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de agradecer e apoiar totalmente as palavras da Deputada Elbe Brandão. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, agradeço a consideração de V. Exa. Gostaríamos de reafirmar aquilo que falamos anteriormente, ou seja, que o ex-futuro Secretário de Turismo estava participando de vários eventos, considerando-se o Secretário de Turismo de Minas Gerais. Em vários eventos, inclusive nesta Casa, falava como tal, confundindo-se, em alguns momentos, como ex-futuro Secretário de Turismo, como se já fosse o próprio. Levou a proposta da Secretaria até à elaboração de uma logomarca. O Governo não tem responsabilidade pelas ações desse senhor, que é Deputado, foi colega nosso durante quatro anos, e hoje faz parte da Bancada do Governo em nível federal.

Se há uma correção a ser feita sobre a inexistência da Secretaria, entendo que o nome dela não deve constar. No entanto, a questão fundamental, insisto nela, é a disposição do atual Governo para investir no turismo em Minas Gerais, coisa que não havia no anterior. Foi essa a contradição que explorei, porque esse assunto chegou aqui como se fosse uma grande denúncia de desrespeito ao Poder Legislativo. Não vejo dessa forma. Muito pelo contrário. Se há desrespeito, o ex-futuro Secretário de Turismo deve ser chamado para se explicar. O requerimento não pode ser dirigido ao Governo, mas ao ex-futuro Secretário de Turismo.

Quanto à apreciação ou à manifestação pessoal da Deputada Elbe Brandão, este Deputado só tem a dizer o seguinte: no mandato passado, fui eleito com 13 mil votos; no segundo, com 44 mil votos. Ela pode consultar, se a questão é essa, o registro desta Casa, em que consta que fui o Deputado com o maior crescimento proporcional, isto é, com 213% dos votos, revelando reconhecimento pelo trabalho que este Deputado realizou, sem distribuir ambulâncias, viaturas, cestas básicas, mas trabalhando diretamente nas regiões. Não fiz essa discussão; não a desmereci em momento algum, nem falei sobre a sua condição de suplente, inclusive fiz um elogio à sua pessoa.

Minha questão é esta: se há erro, que se tire a logomarca, mas, em hipótese alguma, que se faça disso um cavalo de batalha. Nesse sentido, acho que o referencial colocado na segunda parte da intervenção do Deputado Miguel Martini está correto, pois ali ele abordou a questão essencial, que é o desejo do Governo de criar uma Secretaria de Turismo, para investir nessa área. Num momento em que se está falando em cortar secretarias e em reduzir órgãos públicos, o Governo insiste em manter a Secretaria de Turismo, pois é fundamental para as negociações e a arrecadação do Estado. Então, não coloquei a questão em caráter pessoal, de forma alguma. O Governo anterior foi omissivo na questão do turismo, e, durante quatro anos, não tivemos nenhuma política nesse sentido. Aos setores realmente interessados em turismo, no Estado, gostaríamos que essa comparação fosse feita. Daqui a alguns anos, poderemos estar criticando a ação do atual Governo na área de turismo. Mas, ao acenar para uma secretaria, acho que tem uma atitude de querer fazer diferente. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Quero reafirmar que não citei o Deputado Durval Ângelo. Simplesmente, ele me citou, e eu tive de dizer isso a V. Exa.

O que estou dizendo é que a sociedade espera que, realmente, o atual Governo diga a que veio, ou seja, quantas secretarias vamos ter, qual é a política nas áreas de saúde, educação e de saneamento básico, etc. A LDO que nos mandou não fala nada disso, não estabelece nenhuma prioridade e vem com erros absurdos, que vamos corrigir com as emendas. Um exemplo: vem falando das instituições de fomento no Estado de Minas Gerais, quando temos apenas uma. Outro exemplo: vem dizendo que, se o Governador não sancionar a lei de orçamento, fica valendo o que ele propôs. Não se trata nem de a Assembléia aprovar. Se, até o prazo regimental, a Assembléia aprovar, mas o Governador, que tem prazo para sancionar, não o fizer até o dia 31 de dezembro, fica valendo o que propôs, ou seja, é algo que nem a ditadura militar fez.

O que estamos querendo dizer é que esperávamos que, realmente, por meio dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, ele tivesse apontado... Está-se falando do orçamento participativo - e até espero que ele venha -, mas, na verdade, na LDO, fala-se em audiências públicas, coisa que já existia há muito tempo.

Outra coisa: fico preocupado quando Deputados desta Casa começam a relativizar a ética. Aí, ficamos extremamente preocupados. Lembro-me de que eu estava na Comissão na qual discutíamos a aprovação do IPVA nesta Casa, que ainda não tinha sido aprovado, quando foi dada a notícia de que o Secretário ou os técnicos do Governo anterior tinham emitido uma correspondência, considerando-o aprovado, e se montou um escarcéu nesta Casa, provocado pela base da Oposição, na época, ao Governo Eduardo Azeredo, que nos assustou. O próprio Presidente desta Casa tomou uma medida firme, suspendendo a tramitação, até que aquilo fosse explicado.

Trouxemos o Secretário aqui, porque o Executivo tinha se antecipado a uma aprovação da Assembléia Legislativa. E o que tenho na minha mão diz assim: "Apoio oficial: SETUR - Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado da Cultura". Então, isso aqui, para qualquer cidadão, está induzindo ao erro. O cidadão imagina assim: "Puxa vida, então, agora, já temos uma Secretaria de Turismo em Minas Gerais". E a verdade não é essa. Sabemos que não é essa a verdade, porque sequer sabemos se ele vai, de fato, criá-la, porque temos um ex-futuro Secretário, um ex-futuro Secretário Adjunto de Turismo, então, isso realmente nos preocupa.

Parabéns à Deputada Elbe Brandão. Esta Casa tem esse papel, sim, de ser vigilante. Não queremos ser atropelados, a menos que este Governo considere que esta Casa é um apêndice do Executivo; a menos que o Governador esteja considerando que esta Casa vai aprovar, "a priori", tudo aquilo que ele pensar e mandar para cá. Então, vale a pena esse registro. Parabéns, Deputada Elbe Brandão, queremos que esse documento tenha retorno, e, se realmente o Governo não fez, então, que ele tome as medidas, porque, no Governo anterior, foram demitidos aqueles técnicos que tinham, à revelia do Governo, emitido pelo correio cobranças do IPVA. Acho que é perigoso quando começamos a relativizar as questões éticas. Já tivemos um precedente gravíssimo, há pouco tempo, quando a grande cobrança à antiga Oposição era que usássemos o painel eletrônico. Agora já, não é o painel

eletrônico, porque agora temos de reconsiderar, talvez porque agora precisamos aprovar essa matéria. Antigamente, era um crime gravíssimo o Executivo tomar uma medida que não tivesse sido aprovada nesta Casa. Agora, não é bem assim, porque há os aspectos positivos. Então, isso é muito perigoso. Estaremos aqui, vigilantes, para manter a postura. Acho que ética é ética, respeito aos Poderes é bom, nós gostamos e exigimos.

A Deputada Elbe Brandão \* - Sr. Presidente, gostaria de colocar para o nobre colega Deputado Durval Ângelo que ele citou o nome do nosso colega Deputado Ronaldo Vasconcellos, e Ronaldo Vasconcellos não tem nada com isso. Quem estava representando o Governo naquele evento, em que o Deputado não estava, portanto está falando de algo a que não estava presente e que não sabe, era Antônio Henrique.

Segundo, apesar de ter sido, volto a dizer, suplente no Governo Eduardo Azeredo, companheira do Governador, nunca fui a reboque do Governador. Fui defender as minhas idéias, as minhas convicções, e todos os colegas que acompanharam a minha trajetória sabem que fui uma defensora da criação da Secretaria de Turismo, e o sou.

Estou apenas alertando sobre um ato de ilegalidade, assumido em circunstâncias como essa. Em terceiro, parabéns para ele, que saiu de 13 para 40. Mas eu também tenho minha trajetória. Toda unanimidade é burra. Siga o caminho dele para lá, que eu seguirei o meu para cá.

Com relação à denúncia que ele fez de que eu fui eleita em função de ambulâncias e viaturas distribuídas, que bom que o nosso Governo, o Governo de Eduardo Azeredo, do qual V. Exa., que está na Presidência, também foi da base de apoio, pôde fazer política pública social coerente, consistente e respeitosa com o cidadão de Minas Gerais, e não como eles estão fazendo agora, ao querer tomar as ambulâncias e os carros concedidos ao nosso povo tão sofrido, tão espezinhado. Fazemos coro com a bancada governista pela mudança de alternativas e agregação de políticas públicas, para que possamos mudar o rumo da nossa história.

Aí vai realmente a minha postura e o meu posicionamento com relação à Secretaria de Turismo. Gostaria de falar para o Deputado Durval Ângelo que, se ele não está nem aí para o que eu acho ou deixo de achar, muito menos eu. Acima de tudo, o que merecemos dar e receber de nossos colegas é respeito. Que pena que ele não se porte assim com seus companheiros. Muito obrigada.

**\* - Sem revisão do orador.**

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 1/99

Objeto: fornecimento e instalação de sistema integrado de vigilância eletrônica nas dependências da ALEMG.

Em 14/6/99, revogada a licitação por conveniência administrativa.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

**Convite nº 19/99 - Objeto: execução do sistema de proteção contra descargas atmosféricas no Palácio da Inconfidência -  
Licitante vencedora: EMAT-Eleto Manutenções Técnicas Ltda.**

#### ERRATA

#### ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/6/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/6/99, na pág. 14, col. 2, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"328/99, dessa Comissão", leia-se:

"338/99, dessa Comissão".